

# RELATÓRIO ANUAL 2015

## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS

O PODER DA CIDADANIA

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**18ª LEGISLATURA**

**RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO**  
**DE SEGURANÇA PÚBLICA / 2015**

**Goiânia, 22 de dezembro de 2015.**

## ÍNDICE

ÍNDICE .....	2
APRESENTAÇÃO.....	6
INTRODUÇÃO .....	8
SIGLAS E ABREVIACÕES.....	10
1. A COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	12
1.1. MEMBROS DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA – 18ª LEGISLATURA.....	12
1.1.1. PRESIDENTE .....	12
1.1.2. VICE-PRESIDENTE.....	12
1.1.3. MEMBROS .....	13
1.1.4. EQUIPE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	15
2 – EVENTOS.....	16
2.1 AUDIÊNCIA PÚBLICA – TEMA: SITUAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ITAPURANGA .....	16
2.2 AUDIÊNCIA PÚBLICA – TEMA: SITUAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS .....	17
2.3 AUDIÊNCIA PÚBLICA – TEMA: VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA .....	20
2.4 AUDIÊNCIA PÚBLICA – TEMA: SITUAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA.....	22
2.5 AUDIÊNCIA PÚBLICA – TEMA: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS E GARANTIA DE SEUS DIREITOS. ....	24

2.6 AUDIÊNCIA PÚBLICA – TEMA: SITUAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SILVÂNIA.....	26
2.7 SESSÃO SOLENE – HOMENAGEM AOS POLICIAIS CIVIS .....	28
2.8 AUDIÊNCIA PÚBLICA – TEMA: SITUAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA.....	31
2.9 SESSÃO SOLENE – COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	32
2.10 AUDIÊNCIA PÚBLICA – TEMA: VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES.....	35
2.11 AUDIÊNCIA PÚBLICA – TEMA: ESTRATÉGIAS PARA GARANTIR A SEGURANÇA PÚBLICA EM GOIÁS.....	36
2.12 AUDIÊNCIA PÚBLICA – TEMA: COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	38
2.13 AUDIÊNCIA PÚBLICA – TEMA: SITUAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NA REGIÃO LESTE DE GOIÂNIA .....	40
2.14 AUDIÊNCIA PÚBLICA – TEMA: SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO E REGIÃO DO ENTORNO. ....	41
2.15 AUDIÊNCIA PÚBLICA – TEMA: SITUAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NA REGIÃO OESTE DE GOIÂNIA .....	43
2.16 AUDIÊNCIA PÚBLICA – TEMA: SITUAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SENADOR CANEDO .....	45
2.17 SEMINÁRIO – TEMA: POR UMA NOVA ARQUITETURA INSTITUCIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA: PELA ADOÇÃO NO BRASIL DO CICLO COMPLETO DA POLÍCIA.....	49
2.18 AUDIÊNCIA PÚBLICA – TEMA: SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO DOS MILITARES ESTADUAIS.....	53
2.19 AUDIÊNCIA PÚBLICA – TEMA: A POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.....	55

2.20 SEMINÁRIO – TEMA: PRIMEIRA INFÂNCIA LIVRE DE VIOLÊNCIA.....	60
2.21 AUDIÊNCIA PÚBLICA - TEMA: INTOLERÂNCIA RELIGIOSA.....	63
2.22 SEMINÁRIO – TEMA: 1º SEMINÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA SENASP/GGIM .....	65
2.23 AUDIÊNCIA PÚBLICA – TEMA: DIA INTERNACIONAL DA NÃO VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.....	66
2.24 SEMINÁRIO – TEMA: 1º COLÓQUIO DE SEGURANÇA PÚBLICA: UM NOVO MODELO DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA O BRASIL DE MAIS MUDANÇAS .....	69
3 – OUTROS EVENTOS .....	70
3.1 REUNIÃO COM DELEGADAS E DELEGADOS DAS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO À MULHER - DEAM .....	70
3.2 REUNIÃO COM DELEGADAS E DELEGADOS DAS DELEGACIAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - DPCA.....	72
3.3 REUNIÃO EM BRASÍLIA.....	77
3.4 EVENTO: AGENDA GOIÁS – “PARTICIPAÇÃO E COMPETIVIDADE” .....	80
3.5 REUNIÃO NA CENTRAL DE ALTERNATIVAS À PRISÃO (CAP).....	87
3.6 REUNIÃO COM O NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA (NECRIVI) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.....	87
3.7 EVENTO GLOBAL PEACE LEADERSHIP CONFERENCE 2015 .....	89
3.8 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES.....	94
4 – QUADRO DE EVENTOS .....	95
5 – PROJETOS DE LEI QUE TRAMITARAM NA COMISSÃO SEGURANÇA PÚBLICA.....	104
5.1 – PROJETO DE LEI SUGERIDO PELA EQUIPE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA...	106

6 – DENÚNCIAS ACOLHIDAS PELA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA .....	110
6.1 - DENÚNCIAS DIRETAMENTE NA CSP .....	110
6.2 - DENÚNCIAS ATRAVÉS DO PROGRAMA CIDADÃO PARTICIPATIVO:.....	111
7 - DEMONSTRATIVO NUMÉRICO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA .....	114

## APRESENTAÇÃO

O presente relatório é a síntese de todo o trabalho realizado pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás. Desde que foi composta e quando assumimos a presidência desta importante comissão, estabelecemos um critério baseado em ouvir as demandas que chegavam. Estas foram inúmeras e nortearam o nosso trabalho ao longo deste ano.

Realizamos audiências públicas nas cidades de Itapuranga, Santa Bárbara, Valparaíso, Formosa, Silvânia, e em algumas regiões da grande Goiânia. Ouvindo a população e levantando as demandas, que posteriormente nós demos os encaminhamentos respectivos.

A temática da Segurança Pública é de uma complexidade considerável e é hoje sem sombra de dúvidas um dos maiores desafios do Poder Público, em qualquer esfera. Nesta perspectiva fizemos um trabalho baseado na transversalidade, dialogando com grupos sociais que apresentaram demandas das mais importantes como: a violência contra a mulher, a violência contra as crianças e adolescentes, a violência contra a pessoa idosa, a violência contra a juventude negra, a intolerância religiosa e ainda a valorização dos profissionais da área. Todas estas temáticas e as demandas que surgiram delas foram encaminhadas através de reuniões, audiências públicas entre autoridades da área e os movimentos sociais aqui representados.

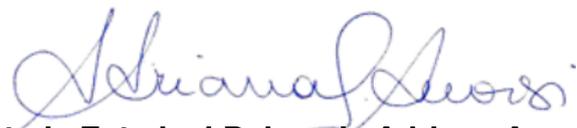
Dois momentos que consideramos dignos de registro, e que nos possibilitaram conhecer com profundidade os problemas colocados: a audiência pública na cidade de Cavalcante, promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados Federais, em que fomos convidados a participar; a segunda audiência sobre o tema, organizado pela mesma comissão, em Brasília, em que representamos o estado de Goiás, falando sobre a situação das meninas kalungas.

Participamos ativamente dos eventos organizados pelos Conselhos Comunitários de Segurança Pública, que nos possibilitou uma atuação mais próxima com as lideranças comunitárias de cada bairro, região e cidades visitadas.

Ressaltamos ainda a importância da atuação da Comissão de Segurança Pública junto ao governo do Estado, por ocasião da deliberação do STF, pela inconstitucionalidade do SINVE, momento em que exercitamos o nosso poder de negociação: enfatizamos ao governo a necessidade de efetivar os policiais concursados, que estavam compondo o conhecido quadro de reservas. As ações lideradas pela Comissão foram fundamentais para o desfecho, em que prevaleceram os direitos dos concursados e a garantia de que a população não seria duplamente penalizada com a retirada dos policiais temporários.

Considerando que a temática da Segurança Pública é de extrema importância e que se faz urgente uma reflexão baseada em estudos aprofundados, na presidência da Comissão de Segurança Pública, fizemos um exercício de aproximação da Academia, para que pudéssemos ter subsídios e buscar apoio nas mudanças que são necessárias para os problemas da Segurança Pública. Dialogamos com o Núcleo de Pesquisa sobre Criminalidade e Violência da UFG – Necrivi, participamos como palestrante e com apresentação de artigo no I Colóquio sobre Bullying Submerso da PUC-GO, estivemos presentes em seminários internacionais em Brasília e Belo Horizonte.

Finalmente queremos aqui reiterar nosso compromisso à frente do trabalho desta Comissão e agradecer imensamente cada pessoa que contribuiu para que realizássemos o melhor de nós.



**Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi**

*Presidente da Comissão de Segurança Pública*

## INTRODUÇÃO

O Relatório Anual da Comissão de Segurança Pública, visa proceder um levantamento dos trabalhos realizados pela Comissão e sua equipe, no ano de 2015. Dentre as atividades desenvolvidas constam: audiências públicas, sessões especiais, seminários, conferências, reuniões com autoridades, projetos de lei apreciados pela CSP, visitas, denúncias acolhidas e participação em reuniões do Gabinete de Gestão Integrada.

Não só no Brasil, mas também em outros países, os parlamentos em geral dispõem de um sistema de comissões em sua estrutura. Estas são entendidas como um espaço de especialização e discussão mais aprofundada na consecução do fim pretendido pelo processo legislativo, que deve ser considerado tanto como instrumento para elaborar a norma, como para buscar respostas para os principais desafios da sociedade, envoltos em circunstâncias históricas, políticas, sociológicas e econômicas.

Em outras palavras, é nas comissões que de fato ocorre um estudo mais acurado dos projetos de lei e de outras proposições, e onde são realizados os grandes debates sobre temas de interesse da sociedade, incluindo a participação desta, tanto em reuniões de audiência pública como em seminários e atividades correlatas.

Todo o trabalho desenvolvido por esta Comissão de Segurança Pública pode ser acompanhado na medida em que acontece, pois toda ação desenvolvida é imediatamente colocada à disposição do cidadão na página da internet da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, que inclui: a composição da Comissão; dados sobre os seus membros; contato e e-mail da Comissão para sugestões e envio de denúncias; registros sobre as reuniões realizadas; a tramitação das proposições - projetos e requerimentos; audiências públicas, seminários e demais eventos. Dessa forma, o cidadão interessado pode obter quaisquer dessas informações de forma rápida e eficiente, uma vez que a página da Comissão no site da Assembleia é constantemente revista e atualizada, e se constitui num canal aberto não só para consulta como para maior interação da população com o Legislativo.

De acordo com o Regimento da Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, compete às comissões permanentes, além de outras atribuições:

I – discutir e votar projetos de lei que dispensarem, na forma deste Regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso deferido de um décimo dos membros da Casa;

II – convocar Secretário de Estado ou autoridades equivalentes, bem como dirigentes de entidades da administração descentralizada para prestarem, pessoalmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da convocação, informações sobre assunto previamente determinado, mediante requerimento, nos termos do § 1º do art. 175;

III – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

IV – receber petições, reclamações, representações de qualquer pessoa, contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – apreciar programas, obras e planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e, sobre eles, emitir parecer;

VII – converter, se considerado necessário, em diligência qualquer proposição, para comprovação de requisitos legais ou juntada de documentos;

VIII – manifestar sobre a organização ou reorganização dos órgãos da Administração Direta ou Indireta relacionada aos seus respectivos campos temáticos ou áreas de atuação.

Ainda em conformidade com o mesmo regimento, a área de atuação e competências da Comissão de Segurança Pública, são:

- a) políticas de segurança pública e seus órgãos institucionais;
- b) organização da polícia militar, polícia civil e corpo de bombeiros;
- c) fiscalização e acompanhamento de programas e políticas estaduais de segurança pública;
- d) propor solução pacífica de conflitos;
- e) promover visitas periódicas às delegacias, penitenciárias, casas de detenção e de albergados, asilos e casas de amparo a pessoas desfavorecidas e de atendimento psiquiátrico;
- f) investigação de violência policial.

## SIGLAS E ABREVIações

<b>ABC</b>	Associação Brasileira de Criminalista
<b>ADEPOL</b>	Associação dos Delegados de Polícia
<b>ADPF</b>	Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal
<b>ALEGO</b>	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
<b>ANASPPRA</b>	Associação Nacional dos Praças
<b>ANERMB</b>	Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares
<b>ANPR</b>	Associação Nacional dos Procuradores da República
<b>APCF</b>	Associação Nacional do Peritos Criminais Federais
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>BOPE</b>	Batalhão de Operações da Polícia Militar
<b>BRICS</b>	Grupo Político de Cooperação - Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul
<b>CAP</b>	Central de Alternativas à Prisão
<b>CCJ</b>	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
<b>CESAM</b>	Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador
<b>CEVAM</b>	Centro de Valorização da Mulher Consuelo Nasser
<b>CIMP</b>	Companhia Independente da Polícia Militar
<b>CIOPS</b>	Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança
<b>CNBB</b>	Congregação Nacional dos Bispos do Brasil
<b>CNCG</b>	Conselho Nacional dos Comandantes Gerais
<b>COBRAPOL</b>	Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis
<b>CONANDA</b>	Conselho Nacional da Criança e do Adolescente
<b>CONCPC</b>	Conselho Nacional dos Comandantes Gerais
<b>CPI</b>	Comissão Parlamentar de Inquérito
<b>CRAS</b>	Centro de Referência da Assistência Social
<b>CSP</b>	Comissão de Segurança Pública
<b>Deam</b>	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
<b>DPCA</b>	Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente
<b>FEIPOL</b>	Federação Interestadual dos Policiais Civis
<b>FENAPEF</b>	Federação Nacional dos Policiais Federais
<b>FENAPRF</b>	Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais
<b>FENEME</b>	Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais
<b>FETAEG</b>	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
<b>GEERIA</b>	Grupo Executivo de Apoio à Criança e Adolescentes
<b>GGIE</b>	Gabinete de Gestão Integrada Estadual
<b>GGIM</b>	Gabinete de gestão Integrada do Município de Goiânia
<b>GOIASPOL</b>	Seminário Goiano da Polícia Civil
<b>GT</b>	Grupo de Trabalho
<b>IML</b>	Instituto Médico Legal
<b>INFOGGI</b>	Sistema de Informações sobre Gabinetes de Gestão Integrada
<b>Ipea</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>MPE</b>	Ministério Público Estadual
<b>NECRIVI</b>	Núcleo de Criminalidade e Violência da Universidade Federal de Goiás
<b>OAB-GO</b>	Ordem dos Advogados do Brasil Seção Goiás
<b>PEC</b>	Proposta de Emenda à Constituição

<b>PM-GO</b>	Polícia Militar de Goiás
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>PUC-GO</b>	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
<b>RENADI</b>	Rede Nacional de proteção aos Idosos
<b>Saneago</b>	Saneamento de Goiás
<b>SDH</b>	Secretaria de Direitos Humanos
<b>Sebrae</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>Segplan</b>	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
<b>SEMAS</b>	Secretaria Municipal de Assistência Social
<b>SEPIIR</b>	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
<b>SIH</b>	Sistema de Informação Hospitalar
<b>SIM</b>	Sistema de Informação de Mortalidade
<b>SIMVE</b>	Serviço de Interesse Militar Voluntário Estadual
<b>SINPOL</b>	Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado de Goiás
<b>Sintego</b>	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás
<b>SPM</b>	Secretaria de Políticas para Mulheres
<b>SSP</b>	Secretaria de Segurança Pública
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>TJGO</b>	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
<b>UEG</b>	Universidade Estadual de Goiás
<b>UFG</b>	Universidade Federal de Goiás
<b>UnB</b>	Universidade de Brasília
<b>UNE</b>	União Nacional dos Estudantes
<b>UPP's</b>	Unidade de Polícia Pacificadora

## 1. A Comissão de Segurança Pública Biênio 2015/2016

### 1.1. Membros da Comissão de Segurança Pública – 18ª Legislatura

#### 1.1.1. Presidente



Deputada Delegada Adriana  
Acorssi  
(PT)  
**Presidente**  
Mandato: 2015/2019

#### 1.1.2. Vice-Presidente



Deputado Major Araújo  
(PRP)  
**Vice-Presidente**  
Mandatos: 2011/2015  
2015/2019  
Gabinete: 20

### 1.1.3.Membros

<b>Deputados Titulares</b>		
 <p>Deputado Talles Barreto (PTB) Mandatos: 2011/2015 2015/2019 Gabinete: 14</p>	 <p>Deputado Sérgio Bravo (PROS) Mandato: 2015/2019 Gabinete: 33</p>	 <p>Deputado Cláudio Meirelles (PR) Mandatos: 2007/2011- 2011/2015 - 2015/2019 Gabinete: 30</p>
 <p>Deputado Ernesto Roller (PMDB) Mandatos: 2003/2007 – 2007/2011 - 2015/2019 Gabinete: 16</p>	 <p>Deputado Manoel de Oliveira (PSDB) Mandatos: 1987/1991 - 2015/2019 Gabinete: 24</p>	

## Deputados Suplentes



Deputado Renato de  
Castro  
(PT)  
Mandatos: 2015/2019  
Gabinete: 35



Deputado Álvaro  
Guimarães  
(PR)  
Mandato: 1987/1991 –  
1999/2003 – 2003/2007 –  
2007/2011 - 2015/2019  
Gabinete: 13



Deputado Zé Antônio  
(PTB)  
Mandatos: 2015/2019  
Gabinete: 104



Deputado Lucas Calil  
(PSL)  
Mandatos: 2015/2019  
Gabinete: 106



Deputado Simeyzon  
Silveira  
(PSC)  
Mandatos: 2011/2015 -  
2015/2019  
Gabinete: 23



Deputado Paulo Cezar  
(PMDB)  
Mandatos: 2003/2007 –  
2007/2011 – 2011/2015 -  
2015/2019  
Gabinete: 22



Deputado Gustavo Sebba  
(PSDB)  
Mandato: 2015/2019  
Gabinete: 101

#### **1.1.4. Equipe da Comissão de Segurança Pública**

**Ana Paula de Oliveira Pinto** – *Assistente Legislativo (Secretária da Comissão)*

**Carlos Luiz Novaes de Araújo Neto** – Técnico Administrativo

**Diego Linhares Volpp** – Estagiário

**Felipe Arantes Santos Rodrigues** - *Estagiário*

**Guilherme Frederico Dietz Segundo** - *Assessor Parlamentar*

**Laísa Mayara Nunes da Cunha** - *Assessora Parlamentar*

**Luciana Maranhão Pereira** - *Analista Legislativo*

## 2 – EVENTOS

### 2.1 Audiência Pública – Tema: Situação da Segurança Pública no Município de Itapuranga

A Comissão de Segurança Pública, em parceria com o vereador Paulo Imila, no dia 06 de abril de 2015, às 19:00 horas, no Auditório Vereador José Venâncio de Camargo, realizou audiência pública no município de Itapuranga – GO para discutir os problemas que envolvem a segurança pública na cidade. Na ocasião a presidente da Comissão, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, visitou a delegacia, o presídio e o Batalhão da Polícia Militar do município.



A mesa diretiva da audiência foi composta pelas seguintes autoridades locais: Paulinho Imila e proponente em conjunto da audiência; Valtuir Moreira - Diretor da Universidade Estadual de Goiás (UEG) Campus Itapuranga; Eli Pinto representando o PT; Giovana Sas Piloto - Delegada da Polícia Civil; Reginaldo

Borges - Capitão da 2ª Companhia da Polícia Militar; André Rodrigues Nacagami - Juiz da Comarca de Itapuranga; Nelson Geraldo Pinto - Presidente da Câmara de Vereadores e Afonso Santana Secretário de Agricultura e Comércio representando o Prefeito Municipal Jabez Melo.

O objetivo do evento foi ouvir as demandas da população de Itapuranga e ainda buscar fortalecer as políticas contra a violência doméstica, os equipamentos e estrutura de combate ao crime e ressocialização das pessoas encarceradas e dos adolescentes em conflito com a lei, por meio da promoção de medidas educativas.



## **2.2 Audiência Pública – Tema: Situação da Segurança Pública no Estado de Goiás**

A Comissão de Segurança Pública, por iniciativa dos Deputados Adriana Accorsi e Major Araújo, realizou no dia 13 de abril de 2015, às 14 horas, no Auditório

Costa Lima, da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, audiência pública para debater as alternativas e garantir a segurança da população de Goiás, especialmente em face da recente decisão do Supremo Tribunal Federal – STF sobre a inconstitucionalidade do Serviço de Interesse Militar Voluntário Estadual - SIMVE no Estado de Goiás.



O evento teve a participação do Secretário de Segurança Pública, Joaquim Mesquita; Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Hélio de Sousa; Deputado Major Araújo; Deputado Jean Carlo; Deputado Santana Gomes; Deputado Paulo César Martins; Deputado José Nelto; Deputado Lucas Calil; Comandante da Guarda Municipal Metropolitana, Elton Magalhães; Delegado Geral, Dr. Deusny Aparecido; e o presidente do Sindicato dos Delegados, Dr. Fábio Vilela.

A presidente da Comissão, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi expôs a situação de insegurança da população e sobre o sistema prisional de

Goiânia, principalmente os detento do regime semiaberto, bem como sobre a decisão do STF que declarou a inconstitucionalidade do SIMVE. A deputada solicitou ao Secretário de Segurança Pública a indicação de um funcionário da pasta para acompanhar a visita da Comissão de Segurança Pública ao regime semiaberto do sistema prisional de Aparecida de Goiânia. E colocou a Comissão de Segurança Pública a disposição na busca de soluções.



Os deputados debateram a respeito da situação de insegurança jurídica dos integrantes do cadastro de reserva do último concurso público da PM-GO, bem como sobre a situação e as condições de trabalho vividas pelos policiais militares de Goiás. E solicitaram ao Secretário de Segurança Pública esclarecimentos sobre a atual realidade do referido cadastro de reserva. Também mostraram preocupação com a situação de insegurança da população, abordando sobre o anúncio feito pelo Governador do Estado, da realização de concurso para aumentar o efetivo da Polícia Militar, principalmente em relação aos prazos para a sua efetivação.

O Secretário de Segurança Pública, Dr. Joaquim Mesquita, em resposta aos questionamentos, esclareceu pontualmente às manifestações, dizendo ser contra a adoção de cadastro de reservas em concursos públicos, mas que seria favorável

ao atual, desde que sustentado por termo de ajuste de conduta solicitado pelo órgão do Ministério Público.

### **2.3 Audiência Pública – Tema: Violência e Exploração Sexual das Crianças e Adolescentes da Comunidade Quilombola**

No dia 20 de abril de 2015, no município de Cavalcante – GO, a presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. O intuito foi discutir a busca por medidas que combatam e previnam o tráfico de pessoas, exploração do trabalho infantil, violência e exploração sexual das crianças e adolescentes Kalungas.



A agenda envolveu, além da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, parlamentares, a Secretaria de Segurança

Pública, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública do Estado de Goiás, representantes do Governo e da sociedade civil.

A comunidade quilombola Kalunga foi criada a partir da luta de africanos escravizados na região onde hoje se situam os municípios goianos de Cavalcante e Monte Alegre. Trata-se do maior território quilombola já identificado no Brasil, com cerca de 8 mil pessoas.

O governo federal acompanha o caso por meio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

De acordo com uma série de reportagens, a Polícia Civil de Cavalcante já concluiu oito inquéritos de estupro de vulnerável, onde vítimas tem menos de 13 anos.

Os principais desafios são garantir agilidade da Justiça e levar políticas públicas para a comunidade Kalunga.

A audiência pública foi uma forma de garantir a punição dos responsáveis pelas violações. Onde agentes apontam envolvimento de autoridades locais nos crimes. O evento foi tensionado para que a Justiça dê resposta aos casos que foram denunciados e que até então não foram julgados.



## 2.4 Audiência Pública – Tema: Situação da Segurança Pública na Região Noroeste de Goiânia

No dia 27 de abril de 2015, no município de Goiânia - GO, na Associação de Moradores do Jardim Nova Esperança, a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por iniciativa da Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, presidente da Comissão, realizou audiência pública no bairro **Nova Esperança**. O objetivo do evento foi discutir a questão da segurança pública e suas problemáticas da região noroeste de Goiânia.



Fizeram parte da mesa composta para a audiência, além da Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi; o representante do prefeito de Goiânia, Paulo Garcia, o secretário municipal de Gestão de Pessoas, Paulo César Fornaziê; o comandante da 27ª Cia da Polícia Militar, Major Lima; o agente de polícia Adriano, representando a Polícia Civil; o presidente do Conselho de Segurança local, Amarildo José; o presidente da Associação dos Moradores do Jardim Nova

Esperança, Sr. Manoel Francisco; representando os estabelecimentos de ensino da região, o professor Edson Lucas e o vereador Carlos Soares.

Dentre as dezenas de solicitações destacam-se as que se referem a escola estadual Robinho, que precisa de roçagem, de reforma para a quadra de esportes; trabalho de estruturação do esgoto feito pela Saneago, que apesar de levar um benefício, tem deixado as ruas esburacadas e sem o devido reparo; a falta de iluminação em algumas ruas e conseqüentemente a falta de segurança, reivindicação essa que teve a aquiescência dos presentes; e ações de combate ao tráfico de drogas, que segundo os moradores, tem sido um dos problemas mais graves do bairro.



A Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, presidente da Comissão, se comprometeu em solicitar das autoridades municipais e estaduais as providências necessárias para a solução dos problemas expostos.

## 2.5 Audiência Pública – Tema: Enfrentamento da Violência Contra Idosos e Garantia de seus Direitos.

Por iniciativa da Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, a Comissão realizou no dia 28 de abril de 2015, às 09 horas, no Auditório Costa Lima, audiência pública sobre o Enfrentamento da Violência Contra Idosos e Garantia de seus Direitos.



Compuseram a mesa da audiência, além da Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás; a Dra. Sylvania Neves Ferreira, Delegada da Delegacia Especializada de Atendimento ao Idoso; Dr. Manoel Vanderic Filho, Delegado da Delegacia Especializada ao Atendimento do Idoso de Anápolis; Dr. Wadson Arantes Gama, representante do Conselho Regional de Psicologia; Dr. Edilson Brito, chefe de gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás;

Dr. Ricardo Borges da Silva, Presidente da Sociedade Goiana de Geriatria de Goiânia; Carmencita Balestra, Vice Presidente do Conselho Estadual do Idoso; Marli Bueno, Presidente do Conselho Municipal do Idoso; Cláudio Lísias Monteiro da Cruz, Representante da PUC junto ao RENADI; Maria Consuelo Bastos Seabra, Presidente da Federação dos Idosos do Estado de Goiás; e a Professora Vanessa Helena Santana, Coordenadora do núcleo de pesquisa, ensino e extensão em envelhecimento da UFG.

O intuito da audiência foi debater as maneiras de se enfrentar a violência que os idosos são submetidos, por familiares, cuidadores e por terceiros. E teve a finalidade de encontrar meios para facilitar o auxílio ao idoso, que carece de ajuda na defesa de seus direitos, visto as graves situações de agressões, abandono e negligência que vêm sendo submetidos.

Enfatizaram todos problemas sofridos pelos idosos e a deficiência do Estado no atendimento não só ao idoso, mas também às pessoas com vulnerabilidades especiais.

A Delegada da Delegacia de Atendimento ao Idoso de Goiânia, Dra. Sylvania Neves Ferreira, reclamou da dificuldade em atender a demanda devido à falta de estrutura da Delegacia e efetivos. Salientou que a defesa dos direitos dos idosos devem se dar de forma contínua e em grupo, se fazendo necessário a integração entre os vários ramos, tudo na busca de atender de maneira satisfatória as necessidades dos idosos. Na oportunidade reforçou o pedido de aporte de capital para realizar reforma na delegacia. Em ato contínuo a presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, expôs que já havia levado o orçamento apresentado para realização da reforma ao conhecimento dos demais deputados, e que já havia conseguido cerca de 80% (oitenta por cento) das assinaturas necessárias.

Também ressaltaram a importância da criação da Rede Nacional de proteção aos Idosos (RENADI). E salientaram ainda que os cuidados com os idosos estão virando comércio e pediram providências no intuito de regularizar esta atividade, visto não existir nenhuma regulamentação sobre o tema.

Por fim, a Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi mencionou sobre o projeto de lei apresentado por ela, que criou a Delegacia Especializada ao

Atendimento do Idoso de Goiânia. E pronunciou que dentre os projetos que buscará desenvolver está a criação da Comissão de Atendimento a Pessoa Idosa, na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.



## **2.6 Audiência Pública – Tema: Situação da Segurança Pública no Município de Silvânia**

No dia 04 de maio de 2015, no Centro Comunitário São Sebastião, no município de Silvânia - GO, a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por iniciativa da Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, presidente desta Comissão, realizou audiência pública com objetivo de discutir os problemas da cidade, em especial questão da segurança pública deste município.

Diversas autoridades se fizeram presentes, entre elas: O Delegado de Polícia Civil de Silvânia, Dr. Leonardo Barbosa Sanches; O Comandante da 47°

CIPM, Capitão Paz; Prefeito de Silvânia, José Faleiro; Primeira Dama, Valéria Faleiro; Secretários municipais; Prefeito de Leopoldo de Bulhões, Jeferson Louza; Pároco de Silvânia, Padre Jovandir; Irmão Marista Davi Nardi; Representante do Sintego Regional Professora Renildes; Vereadores: José do Frango, Kirley Sanches, Valdomiro Mi, Luiz da Van, Paulo César; Representante do Bairro São Sebastião, Vilma; Representantes de outros bairros; Professoras; Policiais; entre outros.



Os moradores participaram do encontro, no qual Adriana Accorsi conversou e ouviu pessoalmente as demandas e a realidade local. As principais reivindicações foram: instalação de câmeras de monitoramento nas vias públicas; construção de barreira policial entre Silvânia e Anápolis; aumento do efetivo das policias; aquisição de mais uma viatura para patrulhamento rural; prevenção do ingresso do jovem na criminalidade, valorizando as práticas esportivas e o lazer da juventude, como por exemplo a construção de pistas de skate e quadras de basquete, em praças construídas nos bairros; resgate da

educação originada no lar e posteriormente na escola, através também das atividades cívicas; criação de um centro de recuperação para menores infratores na cidade ou região; criação de um centro de tratamento e recuperação para dependentes químicos.

A Deputada ressaltou a importância das reivindicações e se comprometeu em atendê-las. Por ocasião, a Deputada visitou a Delegacia e o Batalhão da Polícia Militar local.



## **2.7 Sessão Solene – Homenagem aos Policiais Civis**

A presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi realizou, no dia 15 de maio de 2015, sessão especial em comemoração ao Dia Estadual da Polícia Civil de Goiás, celebrado no dia 9 de maio. A sessão também foi em homenagem às vítimas do acidente aéreo que matou sete policiais civis goianos, em 2012. O evento aconteceu no Plenário

Getulino Artiaga da Alego às 9 horas da manhã e contou com a presença do presidente da Assembleia Legislativa Hélio de Sousa e o vice presidente desta Comissão deputado Major Araújo.



A data em questão permitiu também a confraternização entre os policiais civis, assim como a entrega de prêmios e honrarias, servindo como fato motivacional para que eles se dediquem diariamente aos trabalhos em prol da sociedade.

Na sessão foram homenageados também os delegados e agentes da Polícia Civil vítimas do acidente aéreo quando participavam da reconstituição da chacina ocorrida numa fazenda em Doverlândia, no dia 28 de abril de 2012, quando sete pessoas foram degoladas.

Os policiais falecidos homenageados foram: Jorge Moreira – delegado titular da Delegacia Estadual de Repressão a Furtos e Roubos de Cargas; Vinícius Batista da Silva - delegado que atuava em Iporá; Antônio Gonçalves – superintendente da Polícia Judiciária; Osvalmir Carrasco – chefe do Grupo

Aeropolicial, que pilotava o helicóptero; Bruno Carneiro – chefe adjunto do Grupo Aeropolicial e co-piloto; os peritos Fabiano de Paula Silva, lotado em Iporá, e Marcel de Paula Oliveira, lotado em Quirinópolis.



Também foram homenageados: Ademar Luís de Oliveira – Agente de Polícia; Alisson Melo de Moraes – Escrivão de Polícia; Eliane Beppu de Oliveira – Agente de Polícia do NIAB; Elton R. Magalhães – Escrivão de Polícia; Fábio A. de Castro Vilela – Delegado de Polícia; Galeno Nicodemos Braga – Inspetor de Polícia Civil – Policial Civil mais antigo; Hélia Lopes de Oliveira Mattos - Escrivã de Polícia do NIAB; Júlio da Silva – Agente de Polícia; Jurema Martins Telho – Escrivã de Polícia; Nadir Batista Cordeiro – Delegada de Polícia; Nilton Cesar Pereira Salgado – Agente de Polícia; Sérgio A Araújo – Agente de Polícia; Vera Lúcia Nascimento Virgílio – Agente de Polícia; Waldson Paula Ribeiro – Delegado de Polícia.

## 2.8 Audiência Pública – Tema: Situação da Segurança Pública no Município de Santa Bárbara

Por iniciativa da Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, no dia 25 de maio de 2015, a Comissão realizou audiência pública no município de Santa Bárbara – GO. O evento teve o intuito de discutir os problemas relacionados à segurança pública da região e buscar soluções para essas problemáticas.



A Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi ouviu as demandas e reivindicações da população do município e região, bem como realizou encaminhamentos e requerimentos, pós audiência, das solicitações demandadas.



## **2.9 Sessão Solene – Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**

Por iniciativa da Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, a Comissão realizou no dia 29 de maio de 2015, sexta-feira, às 09:00 horas, no Plenário Getulino Artiaga, Sessão Especial para debater o **Combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. O intuito foi celebrar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que se comemora no dia 18 de maio.

Participaram do evento, além da Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi; a secretária de Estado da Mulher, do Desenvolvimento Social da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho, Lêda Borges de Moura, representando o governador do estado Marconi Perillo; o presidente-comandante da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, escrivão de Polícia Elton Ribeiro de Magalhães; a representante da Secretaria Executiva da Rede de Atenção às Crianças, aos Adolescentes e às Mulheres em situação de violência, Railda Gonçalves Martins; o delegado federal Jocenildo Cavalcante de Carvalho, representante da Superintendência Regional da Polícia Federal de Goiás; Deputado Lincoln Tejeta; o superintendente da Polícia Rodoviária Federal, inspetor Júlio César Gomes Ferreira; a titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, Paula Meotti; a conselheira do Conselho Nacional do Enfrentamento do Tráfico de Pessoas da Secretaria Nacional de Justiça, Beth Fernandes. Também esteve presente no plenário os estudantes da Escola Estadual Bom Jesus e do CESAM.

Foi apresentado um documentário a respeito dos casos dos estupros da comunidade Calunga do município de Cavalcante. Também foram citados vários outros casos, dentre eles da capital e do município de Piracanjuba.

A presidente da Comissão, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, apresentou suas reivindicações por melhores estruturas: psicólogo forense, reestruturação do prédio da delegacia de Cavalcante, veículo, ponte para dar melhor acesso à comunidade, entre outras. Também solicitou à Polícia Federal a investigação sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo envolvendo os habitantes

da comunidade Quilombola e cobrou do Ministério Público Estadual agilidade nas investigações.



A representante do Governador Marconi Perillo, Lêda Borges, falou do empenho do Governo de Goiás em combater a exploração sexual de crianças e adolescentes. E revelou que participava do evento como ouvinte para levar dados ao planejamento estadual de ações.

A secretária executiva da Rede de Atenção às Crianças, aos Adolescentes e às Mulheres em situação de violência, Railda Gonçalves Martins, considerou que o Brasil ocupa hoje o primeiro lugar em exploração sexual na América Latina. E relatou os casos denunciados ao disque 100, que com 360 denúncias de violência física, psicológica e sexual, a maioria dos casos são de crianças de baixa renda, e os acusados sendo de 25 a 50 anos de classe média alta. Salientou como funciona a rede de exploração sexual infantil, apontando alguns envolvidos (hotéis, taxistas, garçons e etc.), e a importância do monitoramento dessas pessoas e estratégias a serem aplicadas na busca desses casos.



Foram cobrados no evento política públicas a respeito do tema, melhorias dos Conselhos Tutelares, responsabilização do autor do crime, reparação da vida das vítimas, acompanhamento da vítima pós abuso e qualidade na assistência real das mesmas. Também cobraram um trabalho a ser desenvolvido afim de encorajar as crianças a denunciar.

As autoridades presentes no evento afirmaram o compromisso de proteger, denunciar e investigar os casos de abusos. E declararam que o evento daria subsídios para formação de políticas públicas acerca da problemática debatida. Também ressaltaram a relevância de trabalhar para não surgir novos violentadores, sendo um trabalho de prevenção, afim de acabar como novos casos dessa violência, pois é tão importante quanto o combate do que já ocorreu. E ainda relataram a situação psicológica dessas vítimas e o que pode ser feito para melhorar a qualidade de vida dessas crianças.

## 2.10 Audiência Pública – Tema: Violência Contra Jovens Negros e Pobres

No dia 15 de junho de 2015, no auditório Solon Amaral, da Assembleia Legislativa de Goiás, a presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou da audiência pública da CPI - Violência Contra Jovens Negros e Pobres realizada pela Câmara Federal.

A reunião fez parte da série de audiências que a CPI - destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil - tem feito nos Estados para levantar diagnósticos, informações, oitivas e diligências para auxiliar os trabalhos da comissão.



A presidente da Comissão, que integra os quadros da Polícia Civil de Goiás, disse que o crime contra a vida, com altos índices em Goiás, é um problema muito grave. Segundo ela, Goiás é o 4º estado da federação em registros contra jovens e que a maioria das vítimas são pobres e negras.

De acordo com a Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, até o fim do mês de maio, o Estado de Goiás registrou cerca de 1000 crimes cometidos contra pessoas deste segmento, e que em Goiânia foram registradas uma média de 200 ocorrências. Ela também ressaltou que a maioria dos casos não são resolvidos e menos de 5% são julgados e condenados.

Na ocasião o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, deputado Hélio de Sousa, se comprometeu em criar o Plano Estadual de enfrentamento ao homicídio no Estado de Goiás, e convocou Adriana Accorsi para coordenar o processo em conjunto ao deputado federal Rubens Otoni.

A CPI da Violência contra Jovens Negros e Pobres, da Câmara de Deputados, sugere plano de enfrentamento de homicídios em Goiás. O objetivo é dar maior visibilidade ao tema e que o Estado crie proposições nesse sentido para garantir maior segurança à sociedade goiana. Em resposta, o presidente Hélio de Sousa disse que vai iniciar um processo para tratar do tema, a ser conduzido pela presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi.

## **2.11 Audiência Pública – Tema: Estratégias para Garantir a Segurança Pública em Goiás**

A Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, participou da Audiência Pública, realizada nesta Casa de leis, no Auditório Costa Lima, no dia 17 de junho de 2015, às 10 horas da manhã, cujo tema era discutir estratégias para garantir a segurança pública em Goiás.

Proposta pelo deputado José Nelto, compuseram a mesa o Secretário de Segurança Pública, Joaquim Mesquita; o Comandante-geral da Polícia Militar, coronel Sílvio Benedito Alves; o promotor de Justiça, Fernando Krebs; o presidente da Casa, deputado Hélio de Sousa; e o Líder de Governo, deputado José Vitti. Também compareceram ao evento os deputados Valcenôr Braz, Major Araújo, Sérgio Bravo, Lissauer Vieira, Talles Barreto, Jean Carlo e Álvaro Guimarães.

O principal objetivo do evento foi proporcionar oportunidade para que os dirigentes responsáveis pela Segurança Pública no Estado de Goiás apresentassem suas estratégias para a manutenção da segurança e, ainda, apresentar as medidas que serão tomadas em relação à substituição dos servidores que ocupavam o quadro do Serviço de Interesse Militar Voluntário Estadual (SIMVE), que foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), visto que o número de policiais no Estado é insuficiente para atender à atual demanda.



Em relação ao Serviço de Interesse Militar Voluntário Estadual, Joaquim Mesquita apontou como estável o quadro na Segurança Pública. E informou que passado o período de dois meses após a decisão de retirada do SIMVE, os indicadores de criminalidade se mantiveram em queda.

O promotor de Justiça Fernando Krebs, explicou que foi promovida uma Ação Civil Pública para que os problemas da Segurança Pública sejam resolvidos e ainda os aprovados no último concurso público possam tomar posse, substituindo os agentes SIMVE que foram dispensados recentemente. E cobrou dos

parlamentares desta Casa, que trabalhem para que os concursados ocupem suas vagas e assim amenizem esse déficit que há na segurança pública. Mas que também trabalhem para sensibilizar o Governo para propor novos concursos públicos específicos para aumentar o efetivo da Segurança Pública para assim, atenuar a violência no Estado de Goiás.



Durante o debate vários assuntos foram abordados, entre eles a cobrança de uma nova proposta de Segurança Pública para atingir avanços e metas de redução da criminalidade, e também maiores esclarecimentos das autoridades envolvidas no tema.

## **2.12 Audiência Pública – Tema: Combate a Violência Contra a Mulher**

A Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado Goiás, através da presidente Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi,

participou da Audiência Pública, no dia 18 de junho de 2015, no município de Formosa - GO, cujo tema era discutir sobre o **Combate a Violência Contra a Mulher**.



Proposta pelo vereador Wenner Patrick e pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, diversas autoridades participaram do evento. Entre elas estavam o Deputado Estadual, Ernesto Roller; Deputada Estadual, Delegada Adriana Accorsi; Prefeita de Valparaíso de Goiás, Lucimar Nascimento; Delegada da Mulher, Fernanda Lima; Delegado Joaquim Adorno; Presidente da Câmara de Formosa, Jurandir Oliveira; Vereador Wenner Patrick; Secretários de Segurança Pública, Divino Ramos; de Saúde, Aline Pedroso; de Educação e Vice-prefeita de Formosa, Argentina Martins da Silva; presidente da OAB subsecção Formosa, Marco Aurélio Basso e demais autoridades.

## 2.13 Audiência Pública – Tema: Situação da Segurança Pública na Região Leste de Goiânia

Por iniciativa da presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, a Comissão realizou Audiência Pública nesta capital, no dia 22 de junho de 2015, às 19 horas, no **bairro Vila Pedroso**, no salão da Igreja Católica. A audiência teve o objetivo de discutir os problemas e buscar soluções acerca da segurança pública da região leste de Goiânia.



Foram debatidos vários temas e levantadas várias demandas, dentre elas as seguintes referentes a segurança pública:

- Fazer requerimento para o secretário de Segurança Pública e comandante da PM, sobre os celulares das viaturas que estão inativos;
- Visitar à 14ª CIOPS com intuito de verificar a estrutura e solicitar mais efetivo;

- Fazer requerimento para o Secretário de Segurança Pública, Superintendente da Polícia Técnico Científica e MPE, para solicitar uma base do IML para exame de Corpo de Delito ou se possível uma equipe móvel do IML para atender a região;
- Requerimento para que a PM reforce o policiamento e a Polícia Civil faça um trabalho com a escola sem drogas, com o objetivo de combater as drogas, violências e furtos nas imediações;
- Requerer do secretário de Segurança Pública e Delegado Geral agilidade para o fechamento da Feira da Marreta, pois muitos produtos furtados/roubados são comercializados nela.

## **2.14 Audiência Pública – Tema: Segurança Pública no município de Valparaíso e região do entorno.**

No dia 27 de agosto de 2015 a presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou de audiência pública que discutiu a Segurança Pública no município de Valparaíso e região do entorno. Em conjunto com o Governo Municipal, Câmara de Vereadores, Polícia Civil, Polícia Militar, Deputado Federal Rubens Ottoni, delegados de polícia e sociedade civil discutiram ações para a ampliação da segurança pública em Valparaíso de Goiás.

Na audiência, apresentaram as ponderações sobre a realidade de Valparaíso e as necessidades para o setor de segurança. Ademir Valentim, presidente da Associação de Moradores da Etapa C, comentou sobre a parceria empreendida entre a Polícia Militar, através do Coronel Danilo e os moradores da Etapa C, que reduziram em quase 80% os índices de criminalidade naquela região. Para Valentim, a atuação da sociedade junto com governo e forças policiais é essencial para a segurança de todos.

Fizeram-se presentes também os aprovados no último concurso da Polícia Militar de Goiás, realizado em 2012. Os mais de mil aprovados aproveitaram a oportunidade para cobrar do governador as suas nomeações.

Diante das soluções discutidas, as que mais chamaram a atenção foram a necessidade urgente de investimento nas polícias civil e militar, com aumento do efetivo policial, viaturas e ações de ampliação do poder de atuação destes agentes. Goiás possui um policial para cada 450 habitantes, quando o número considerado adequado seria de pouco mais de 200 habitantes para cada policial, o que significa que para tornar a polícia mais efetiva e eficiente deveria dobrar o efetivo.



Os moradores da região também ressaltaram a necessidade de a sociedade colaborar, tomando medidas de proteção individual e principalmente, não aceitando oferta de produtos do crime, que são oferecidas por preços muito abaixo do mercado. Quem alimenta o crime é quem consome seus produtos, portanto, se a sociedade não comprar produto roubado o bandido irá agir.

Por fim, outro fator destacado na audiência foi a respeito dos registros de ocorrências. Ao registrar um crime o cidadão permite que a polícia tome conhecimento dos fatos e possa mapear melhor a criminalidade na cidade, aumentando a repressão em áreas de risco. Ao deixar de registrar as ocorrências o cidadão demonstra que não há a necessidade de policiamento na região em que o delito ocorreu e acaba ficando desprotegido.

## **2.15 Audiência Pública – Tema: Situação da Segurança Pública na Região Oeste de Goiânia**

A Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, por iniciativa da presidente Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, na terça-feira, 1º de setembro de 2015, realizou audiência pública no Projeto Renascer, localizado no **Residencial Goiânia Viva**, para discutir os problemas que envolvem a Segurança Pública na região Noroeste de Goiânia.



Compuseram a mesa dos trabalhos, presidida pela Deputada Estadual Adriana Accorsi, as seguintes autoridades: Major Hrilner Braga Ananias, comandante da 15ª Companhia Independente da Polícia Militar; Tenente Mendes, do Corpo de Bombeiros; Inspetor Gomes, da Guarda Municipal de Goiânia; vereador Carlos Soares, além de líderes comunitários da região.

Também participaram do evento autoridades representantes do Conselho Comunitário de Segurança; Comando Geral do Corpo de Bombeiros; Delegacia do 15º Distrito Policial; Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo de Goiânia; Secretaria Municipal de Assistência Social – Semas; Secretaria de Segurança Pública de Goiás; Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia; Conselho Tutelar de Goiânia; vereador de Goiânia, Carlos Soares; e moradores da região noroeste desta capital.



Depois de ouvir atentamente o relato de cada autoridade participante do evento, a presidente da Comissão assumiu o compromisso de trabalhar com determinação junto aos setores competentes, notadamente junto a Secretaria de Segurança Pública, para atender as reivindicações colocadas. “Inclusive, na área da iluminação pública”.

Carlos Soares também assumiu compromisso com a deputada de auxiliá-la no âmbito da sua competência de vereador por Goiânia. “Vamos promover ações preventivas para que tenhamos uma cidade mais segura”, frisou o parlamentar, que elogiou a Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi pela iniciativa de promover audiência pública, para levantar os problemas que cada região de Goiânia, bem como dos municípios goianos.

## **2.16 Audiência Pública – Tema: Situação da Segurança Pública no município de Senador Canedo**

Por iniciativa da presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, a Comissão realizou no dia 06 de outubro de 2015, terça-feira, às 19:00 horas, no Prédio da Câmara Municipal de Senador Canedo - GO, audiência pública para debater o tema “**Segurança Pública: uma responsabilidade de todos**”.

Compuseram a mesa além da presidente da Comissão; o presidente da Câmara de Vereadores de Senador Canedo, vereador Roberto Lopes; o Deputado Estadual Sérgio Bravo; o comandante do 27º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Nélio José Cintra; a delegada Edilaine Moreira; o comandante da Guarda Civil de Senador Canedo, André Gomes; e o major Anderson de Oliveira, representando o chefe de gabinete da Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Em 2014, Senador Canedo foi considerada a 139ª cidade mais violenta do país pelo Mapa da Violência, com dados retirados do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde, referentes ao ano de 2012, conforme divulgou a revista Exame. E o intuito desta audiência foi para que a população levasse seus reclames e sugestões, para tentar traduzir o que foi colocado pela comunidade em ações concretas.

Com a participação de aproximadamente 100 pessoas, o evento foi marcado pelo registro de falas da comunidade sobre as questões que mais afligem os bairros

da cidade, como furtos, roubos, violência doméstica e tráfico, inclusive dentro e nas imediações de escolas, dentre outras.

Após a abertura dos trabalhos, a Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi falou sobre sua atuação parlamentar e sobre projetos de lei e requerimentos que propôs, voltados para a ampliação da segurança em Goiás. Dentre eles, requerimentos que pedem a estruturação da Defensoria Pública, a realização de concurso para provimento de vagas na Polícia Civil para os cargos de delegado, agentes e escrivães e também assistentes sociais e psicólogos para atuarem diretamente nas delegacias especializadas.



O Deputado Sérgio Bravo também reforçou a necessidade das operações policiais para as pessoas se sentirem mais seguras na cidade e que despachou com o governador para que o Jardim das Oliveiras possa contar com uma delegacia. Ele elogiou o trabalho da Deputada Estadual Adriana Accorsi à frente da Comissão de Segurança Pública e como parlamentar.

O Major Anderson de Oliveira, da SSP, enfatizou o nome da audiência, destacando que a segurança é responsabilidade de todos e convidou Adriana Accorsi para participar do programa Goiás com Vida, que visa promover ações de cunho essencialmente social, com o intuito de melhorar a vida dos cidadãos e conseqüentemente, a segurança pública na região, como por exemplo ajuda de custo na entrega de remédios, roçagem de lotes, recolhimento de lixo, dentre outras ações.

O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Agricultura de Senador Canedo, Luiz Becker, ressaltou que o município é próspero e a comunidade está unida, mas muitos problemas surgiram com o aumento populacional.

Em seguida, a editora do jornal Imprensa Criativa, Carmelita Gomes, pontuou que segurança pública não é apenas a atuação policial, mas que vai além e passa pela educação, pela cultura, pelo esporte e muitas outras áreas. Ela frisou que gostaria de ver o Ministério Público participando da audiência e também sugeriu a ocupação dos espaços públicos da cidade com atividades culturais e esportivas.

Robson Oliveira, da Associação do bairro Jardim Todos os Santos, destacou que o sentimento de insegurança da população surge também pela falta de efetivo da Polícia Militar e da Guarda Municipal. Já o estudante Willian, do Colégio Municipal Maria Luzia de Siqueira, reclamou à deputada que a sua escola está em péssimas condições, com problemas nos banheiros e instalações ruins, além de sua preocupação com alunos traficando e usando drogas dentro da escola, atrapalhando quem quer estudar.

A guarda municipal Lucivânia lembrou o projeto de iniciação esportiva em Goiânia realizado pelo prefeito Darci Accorsi, pai da deputada. A profissional sugeriu a retomada de projeto similar em todos os municípios do Estado.

A vice-presidente estadual do PT, Kátia Maria, reforçou a necessidade dos valores humanos nas relações interpessoais e na reflexão do processo educativo. Nascida e criada em Senador Canedo, ela frisou que muitas leis precisam ser efetivadas, para que a repressão possa acontecer apenas quando necessário.

O evento contou também com a participação dos moradores do município; da presidente do PT em Senador Canedo, Maria Ferreira; do representante da OAB Jovem, Wesley Brito; do representante do Conselho Comunitário de 30 associações de bairros da cidade, Ivanildo Paiva; do segundo tenente do Corpo de Bombeiros Júlio César, representando o tenente-coronel Puglia; do presidente do Sindicato de Servidores Públicos de Senador Canedo, João Batista Vaz; do conselheiro de Segurança de Senador Canedo, Valdeci Meirelles; dentre outras autoridades e membros da comunidade.

### **Ações pós Audiência Pública –**

A presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, apresentou no dia 20 de outubro de 2015 dois requerimentos que atendem às solicitações de moradores do município de Senador Canedo, feitas durante Audiência Pública, realizada no dia 06/10/15.

O primeiro solicita ao comandante-geral da Polícia Militar de Senador Canedo, tenente-coronel Cintra e ao comandante-geral da Guarda Municipal de Senador Canedo, André Luiz de Oliveira Gomes reforço no policiamento no município de Senador Canedo, nos bairros Jardim das Oliveiras, Flor dos Ipês e Parque Alvorada.

O segundo, direcionado ao prefeito Misael Oliveira e ao comandante-geral da Guarda Municipal de Senador Canedo, André Luiz de Oliveira Gomes, pede maior apoio da Guarda Municipal em relação à segurança, com uma presença efetiva dos guardas municipais nas praças e nos bairros com maior incidência de crimes (Jardim das Oliveiras, Flor dos Ipês e Parque Alvorada). Também foi pedida a implementação do Programa Anjos da Guarda em Senador Canedo.

Segundo dados apresentados na audiência pública, foram registrados vários crimes nos bairros Jardim das Oliveiras, Flor dos Ipês e Parque Alvorada, de modo que o sentimento de medo e insegurança domina a população de modo geral. Ocorreram inúmeros assaltos, muitos deles nos pontos de ônibus do bairro Parque Alvorada, no período entre às 6h e 7h da manhã. Além disso, as praças do município se tornaram pontos de tráfico e uso de entorpecentes.

## **2.17 Seminário – Tema: Por uma nova arquitetura institucional da Segurança Pública: pela adoção no Brasil do Ciclo Completo da Polícia**

Em parceria com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara Federal, a Assembleia Legislativa de Goiás realizou, no dia 16 de outubro de 2015, seminário com o tema “Por uma nova arquitetura institucional da Segurança Pública: pela adoção no Brasil do Ciclo Completo da Polícia”. O encontro teve lugar no Auditório Costa Lima e contou com a presença de deputados federais e estaduais, integrantes das Polícias Militar, Civil e Federal, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil, secção de Goiás (OAB-GO).



Compuseram a mesa diretiva dos trabalhos: os deputados federais Delegado Waldir, João Campos, Giuseppe Vecci, Major Olímpio, Subtenente Gonzaga; os deputados estaduais Delegada Adriana Accorsi (presidente da Comissão de Segurança Pública) e Major Araújo (vice-presidente da Comissão); coronel da Polícia Militar de Goiás, Edson Costa Araújo, representando

o Governador; e o desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO), Luis Cláudio Veiga.

O debate com este tema vem sendo realizado por todo o País e o argumento defendido é de que o Brasil é um dos poucos países do mundo que adotam a segregação da atividade policial com polícias distintas. Segundo informações do site da Câmara, este modelo tem gerado diversos conflitos, rivalidades, retrabalhos, duplo aparelhamento estatal e carece de urgente reforma constitucional.

O objetivo do evento é coletar sugestões para a reformulação da arquitetura institucional da segurança pública, com destaque para o papel a ser cumprido pelas polícias e instituições. A discussão refere-se à proposta de emenda à Constituição PEC nº 430/09, de iniciativa do Deputado Federal Celso Russomanno e também a PEC 431, de autoria do Deputado Federal Subtenente Gonzaga. Esta última, pretende permitir a Polícia Militar acumular as funções de Polícia Preventiva, que já é sua atribuição, com o papel de Polícia Judiciária, desempenhado pela Polícia Civil e pela Polícia Federal.

A PEC nº 430/09 pretende instituir uma nova organização policial, denominando-a de “Polícia dos Estados”, e extinguir a Polícia Militar e a Polícia Civil. Pelo texto desta, a União passará a legislar sobre essa nova estrutura, mas a corporação permanecerá subordinada aos governadores dos Estados e do Distrito Federal.

Esta PEC também no âmbito da segurança pública, pretende-se desmilitarizar os corpos de bombeiros, haja vista a desnecessidade do trato militar em uma atividade eminentemente civil. Também prevê a entrega às guardas municipais, a competência para atuarem na prevenção ao delito, de maneira a elevar a segurança preventiva da população, na busca da desmotivação do possível infrator.

Vários convidados pronunciaram sobre as modificações previstas por esta PEC, que versa sobre “Ciclo Completo de Polícia”, na qual consiste na atuação plena das instituições policiais, isto é, todas as polícias atuarem tanto na prevenção, quanto na investigação.

Diversas categorias fizeram ressalvas quanto as medidas que são previstas por esse “Ciclo”, e afirmaram que, acima de tudo, a proposta precisa ser discutida

com profundidade em todo o País. Na opinião de todos os presentes, o modelo de segurança pública no Brasil precisa ser reformulado com bastante urgência, em benefício da sociedade.

A presidente da Comissão de Segurança Pública Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, em seu pronunciamento disse que a melhor saída para os problemas na Segurança Pública no País é a união de todas as polícias. “Temos que ter a responsabilidade que precisamos construir uma nova segurança pública no Brasil, uma segurança cidadã para todos. Que seja eficiente, eficaz e que proteja as pessoas. Eu acredito que é muito salutar esse debate”, declarou.

Destarte, Adriana Accorsi se posicionou no sentido de defender o ciclo completo com uma Polícia única, “assim como funciona em diversos países mundo afora, em que a democracia está consolidada, de modo que a política de segurança pública é única seguindo uma doutrina garantidora dos direitos à toda a população”.



Na perspectiva do deputado Major Araújo, vice-presidente desta mesma Comissão, a estrutura da Segurança Pública no Brasil é insuficiente por conta do

tamanho do País e, principalmente, pelo reduzido número do efetivo policial nos municípios. “Hoje nós temos no Brasil inteiro uma estrutura da polícia que não é compatível com a realidade atual. A Polícia Civil não está presente em todos os municípios em que a Polícia Militar está. E o ciclo completo já é experimentado em alguns Estados”, sugere o deputado.

Conforme Major Araújo, a medida dará agilidade e celeridade às ações policiais e ainda inibirá a impunidade existentes no País. Para o parlamentar, a ampliação do trabalho da Polícia Militar não irá afetar a produção da Polícia Civil, pelo contrário, irá facilitar a atuação nos locais dos crimes.

Representante do governador Marconi Perillo, o coronel da Polícia Militar de Goiás, Edson Costa Araújo, defendeu que haja uma discussão aprofundada acerca dessa nova proposta. Ainda afirmou que: “O que o Estado quer é que nós possamos retirar dessas discussões as melhores sugestões e contribuições para o aperfeiçoamento do sistema de segurança pública em Goiás e em todo o Brasil”.

Fizeram uso da palavra as seguintes autoridades: desembargador do Tribunal de Justiça de Goiás, Luiz Cláudio Veiga Braga; representando o Ministério Público de Goiás, Rafael Simonetti Bueno da Silva; do Conselho Nacional de Chefes da Polícia Civil (CONCPC), João Carlos Gorsky; o presidente da Comissão Especial de Estudo do Direito Penal do Conselho Federal da OAB, Pedro Paulo de Medeiros.

Também se pronunciaram os representantes das entidades a seguir: Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Esmeralda Silva; Conselho Nacional dos Comandantes Gerais (CNCG), coronel Marco Antônio Nunes; Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Robalinho Cavalcanti; Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FENAPRF), Eduardo Aggio de Sá; Associação dos Delegados de Polícia (ADEPOL), Wladimir Sérgio Reale.

Os pronunciamentos também foram feitos pelo superintendente-executivo da Secretaria de Administração Penitenciária e Justiça do Estado de Goiás, Edson Costa Araújo; da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (FENEME), coronel Marlon Jorge Teza; presidente da Associação Brasileira de Criminalista (ABC), Bruno Telles.

Também discursaram os seguintes representantes: da Federação Interestadual dos Policiais Civis (FEIPOL), Silveira Alves de Moura; Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF), Obede Rodrigues Ferreira Júnior; Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares (ANERMB), Leonel Lucas; Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (COBRAPOL), Rodrigo Franco; Associação Nacional dos Praças (ANASPRA), Elisandro Rolim; e Associação Nacional do Peritos Criminais Federais (APCF), Henrique Mendonça Queiroz.

## **2.18 Audiência Pública – Tema: Saúde e Segurança no Trabalho dos Militares Estaduais**

O vice-presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputado Major Araújo, realizou audiência pública no dia 03 de novembro de 2015, no auditório Costa Lima da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, cujo tema foi discutir sobre a “**Saúde e Segurança no Trabalho dos Militares Estaduais**”.



Durante a referida audiência, foi aprovado a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para exigir respostas às demandas coletivas de policiais e bombeiros militares de Goiás. O GT se encarregará de redigir um documento a ser entregue ao governador Marconi Perillo para que este se manifeste e dê soluções frente aos problemas discutidos na audiência. "Temos hoje uma polícia adoecida em todo o País, e em Goiás, não é diferente. Uma polícia desmotivada, estressada, humilhada, cansada por cumprir cargas horárias extenuantes, sem receber o tratamento médico necessário", ressaltou o deputado federal Cabo Sabino (PR-CE), palestrante do evento.

A audiência contou também com a participação da presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi. "Uma Segurança Pública eficaz passa pela valorização e dignidade de seus profissionais, oferecendo-lhes as condições adequadas de trabalho", disse a deputada.

A auditora fiscal Jaqueline Carrijo, que participou da audiência, disse que a jornada de trabalho excessiva é apenas um dos problemas enfrentados hoje pelos PMs e bombeiros. "Tem também o problema da carga de trabalho, ambiente de trabalho, falta de estrutura, de formação adequada para algumas funções, de equipamentos adequados, entre outros".



Para o presidente da Comissão de Segurança e Política Criminal da OAB, Jorge Carneiro, a preocupação está no fato do adoecimento mental de grande parte da corporação: "É inaceitável que em nosso País o maior quantitativo de suicidas são provenientes das polícias".

Já o promotor do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho em Goiás, Alpiniano do Prado, ressaltou a necessidade de que seja estabelecido o estatuto do funcionalismo público militar, a fim de que este, entre outros itens, defina uma carga horária máxima dos profissionais. "O que vemos hoje é uma carga horária mínima. É preciso também que se defina a máxima", aponta.

O deputado Major Araújo, vice-presidente da CSP, concluiu: "É preciso reverter urgentemente a situação de jornada excessiva de trabalho dos nossos policiais e bombeiros, bem como cuidar adequadamente da saúde destes profissionais".

## **2.19 Audiência Pública – Tema: A Política de Atendimento aos Adolescentes em Conflito com a Lei**

No dia 05 de novembro de 2015 às 08h30 min, no Auditório Solon Amaral da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, foi realizada Audiência Pública para debater a realidade, as condições de trabalho e a forma de como são conduzidas as Unidades de Internações Socioeducativas de Adolescentes em Conflito com a Lei no estado de Goiás.

A mesa do evento foi composta pela Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, Presidente da Comissão de Segurança Pública (CSP/Alego); pelo representante da Ordem dos Advogados do Estado de Goiás e representando também a Universidade Federal de Goiás, Tarihan Chaveiro; pela representante do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda), Miriam Maria J. Santos; Juíza da Vara de Infância e Juventude de Aparecida de Goiânia, Stefane Fiuza Cançado Machado; pela representante do Governo do Estado de Goiás, a gerente do Sistema Socioeducativo do Grupo Executivo de Apoio à Criança e ao

Adolescente, Bruna Facco; e pelo Promotor de Justiça da 4<sup>a</sup>. Promotoria da Infância e Juventude, Frederico Augusto de Oliveira Santos.



Também participaram do evento representantes de todas as instituições envolvidas no processo de ressocialização de adolescentes infratores.

Baseada em uma visão institucional, a audiência pública **“A Política de Atendimento aos Adolescentes em Conflito com a Lei”** visou debater, demonstrar e buscar soluções para melhorar o funcionamento dos centros de internações socioeducativos, junto à sociedade e às autoridades constituídas do Estado de Goiás.

Para um melhor aproveitamento do debate, foi solicitado no convite para a audiência pública (de todos os centros de internação de adolescentes em conflito com a lei do estado de Goiás; conselhos estaduais de: educação, psicologia, serviço social, saúde, medicina, enfermagem; associação dos servidores do sistema socioeducativo e GECRIA), a elaboração de um relatório sobre as reais condições de trabalho da categoria de trabalhadores que prestam serviços nas

unidades para ser apresentado e entregue na referida audiência. Nem todos entregaram o relatório, porém, houve um debate da realidade e das condições dessas Unidades de Internações, bem como sobre a falta de estrutura, das condições de trabalho dos servidores do local, segurança e medidas de ressocialização.

O intuito foi o de realizar um levantamento das dificuldades, para assim se obter um modelo ideal de atendimento e tomar providências cabíveis para a melhoria dessas unidades. Também foi abordado o processo de criminalização de crianças e adolescentes, e a busca de soluções preventivas.

Metade dos estados brasileiros ainda não têm plano para atender menores que cometem infrações no país, apesar de o prazo legal para isso ter acabado em novembro de 2014.

Até julho desse ano, conforme a SDH, Goiás era um dos estados que não tinham criado esse instrumento. O dado é parte de levantamento da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, sobre a implantação de planos de atendimento socioeducativo – que, segundo lei federal de 2012, estados e municípios devem criar estabelecendo ações e metas no setor para um período de dez anos.

A presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, abriu a audiência apontando os desafios da ressocialização do jovem infrator. Questionou a aplicação das políticas públicas existentes e a necessidade de outras. “A repetição dos atos infracionais, reincidência, a falta e vagas para estudar e trabalhar influenciam na recuperação e ressocialização desse menor. A Comissão, através da audiência, vai agir em conjunto com as instituições envolvidas”, frisou.

A deputada ainda destacou o trabalho realizado na Comissão de Segurança Pública e enfatizou que os casos de violência e abusos contra crianças e adolescentes é um dos maiores desafios para as autoridades. Adriana esclareceu que é necessário trabalhar a ressocialização dos adolescentes com a inserção deles no mercado de trabalho. “A maioria dos jovens infratores é de adolescentes que sofreram algum tipo de violência ou abuso.”

Em seguida, o representante da OAB e também pesquisador da UFG do Núcleo de Criminalidade e Violência (NECRIVI), Tarihan Chaveiro, apresentou dados acerca do perfil do adolescente em conflito com a lei e os crimes mais praticados por eles, com destaque para os crimes contra o patrimônio (66%). Em seguida aparece os casos envolvendo drogas e em percentual baixo, o homicídio. Mas alertou para o aumento dos casos de homicídio contra adolescentes em Goiás, que ultrapassou o do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro em 2014. “Mandar esses jovens para a carceragem só aumenta a criminalidade na sociedade, é preciso trabalhar o sistema socioeducativo”, frisou.



Miriam Maria, representante do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda), afirmou que o sistema chama socioeducativo, mas ainda não foi compreendido e nem colocado em prática. Ela reforçou que a educação dos jovens é responsabilidade da família. “Nossa bíblia da militância está no artigo 227, da Constituição Federal”, disse, ressaltando que 23.066 adolescentes e jovens, entre 12 e 21 anos, estão em restrição e privação de liberdade no Brasil. Ela

questionou a aprovação pela Câmara dos Deputados da redução da maioria penal, já que apenas 0,08% dos adolescentes brasileiros cumprem medida de privação de liberdade e restrição de liberdade, de modo que se “o Estado fizesse pouco investimento, resolveria esse problema”.

Miriam apontou um aumento de 12% na aplicação das medidas de restrição e privação de liberdade – internação, internação provisória e semiliberdade. Segundo ela, Goiás está em um grupo de Estados que possuem entre 200 a 500 adolescentes nessa situação nas seis unidades socioeducativas do Estado, na maioria, pretos e pardos. Não há nenhuma unidade feminina. Por fim, apresentou as ações desenvolvidas pelo Conanda, dentre elas a criação dos parâmetros socioeducativos e a fiscalização das unidades em todo o país.

A Coordenadora Geral do Plantão Interinstitucional de Goiânia, Eunice de Sousa, explicou como são os procedimentos de atendimento aos adolescentes e suas famílias, sendo que a unidade funciona 24 horas.

A juíza Stefane Fiúza Cançado Machado, há 4 anos atuando na área da Infância e Juventude e há 20 anos no Judiciário, afirmou que para resolver essa situação é preciso que cada um cumpra o seu papel dentro da sociedade. Ela criticou a situação dos centros de internações em Goiás, que não conseguem abrigar jovens infratores por falta de vaga. “O ambiente é insalubre e os adolescentes estão em celas sucateadas e com a superlotação, eles brigam entre si e até se matam”, disse.

Dra. Stefane ainda completou dizendo que o governo de Goiás não cumpre o termo de ajustamento de conduta estabelecido com o MP em 2012 para resolver a questão das instituições socioeducativas. “Precisamos em primeiro lugar políticas de prevenção”, disse, pontuando sobre a necessidade de formação e trabalho para os adolescentes. “Precisamos que todo o sistema de Justiça funcione e funcione bem”, concluiu.

Representando o Estado, a gerente do Sistema Socioeducativo do Grupo Executivo de apoio à criança e ao adolescente, Bruna Facco, informou que o Estado tem trabalhado para melhorar a estrutura das unidades socioeducativas e que novas unidades estão sendo construídas para abrigar esses jovens. Ela

reconheceu o déficit e os problemas e reafirmou o trabalho “em conjunto para buscar soluções e sanar os problemas existentes”.

O Presidente da Associação dos Servidores do Sistema Socioeducativo do Estado de Goiás, Roberto Silva Conde, expôs a situação dos servidores que atuam dentro dos centros de internações socioeducativos: com má remuneração, sem capacitação e sem recursos de apoio para o trabalho. Reclamou da condição do quadro reduzido de servidores com uma rotina extremamente puxada. Ainda conclamou por mais concursos públicos para estes locais.

O promotor de Justiça da 4ª Promotoria da Infância e Juventude, Frederico Augusto de Oliveira Santos, disse que os adolescentes que cometem atos violentos são os que conseguem vaga. "A maioria dos jovens em cárcere é de adolescentes que cometeram homicídios, latrocínios e roubos. O sistema não está sendo utilizado para qualquer tipo de crime, somente para casos mais graves, por falta de vagas."

Muitas autoridades participaram ativamente da audiência apresentando realidades, solicitando ações e sugerindo ideias. Por fim, Adriana Accorsi agradeceu a presença de todos reforçou a responsabilidade da casa em fiscalizar as ações do Estado e se comprometeu a dar andamento para a elaboração de políticas voltadas aos adolescentes em Conflito com a Lei e demais ações.

Dos resultados obtidos nesta audiência foi possível identificar as linhas de ações prioritárias, de que se devem ocupar, em conjunto, os órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos e toda a sociedade, no esforço permanente de tornar efetivo o primado da proteção integral.

## **2.20 Seminário – Tema: Primeira Infância Livre de Violência**

A Comissão de Segurança Pública, através de sua presidente Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou da realização do seminário "**Primeira Infância Livre de Violência**". Juntamente com a Rede de Atenção a Crianças, Adolescentes e Mulheres em Situação de Violência de Goiânia e diversas instituições parceiras que atuam na atenção e proteção de crianças, o seminário foi

realizado nos dias 9 e 10 de novembro de 2015, no auditório do Tribunal do Júri da PUC Goiás. O subtema do evento foi "Por políticas de Estado que promovam o desenvolvimento saudável e previnam violências na Primeira Infância".



A organização do seminário agregou instituições governamentais e não governamentais, bem como parlamentares pertencentes às esferas municipal, estadual e federal. Desse modo, o Ministério Público do Estado de Goiás, o Ministério Público do Trabalho do Estado de Goiás, o Juizado da Infância e Juventude de Goiânia, da Prefeitura de Goiânia, o Governo do Estado de Goiás, a Pontifícia Universidade Católica de Goiás, por meio do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da UFG, a Rede Não Bata Eduque, a Pastoral da Criança, o Museu da Vida, o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de Goiás, o Conselho Regional de Psicologia 09, o Conselho Regional de Serviço Social, o Instituto Brasileiro de Cultura, Educação, Desporto e Saúde, Senadora Lúcia Vânia, Deputado Federal Rubens Otoni, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi (presidente da CSP) e Vereadora Cristina Lopes são os parceiros na realização do Seminário Primeira infância livre de violência.

O objetivo do evento foi construir subsídios para o fortalecimento e a ampliação das ações que integram as Políticas Públicas - alinhadas às Políticas Nacionais de Educação Infantil, de Redução da Morbimortalidade por Causas Externas, de Promoção da Saúde e os Planos Decenal da Criança e Adolescentes, de Convivência Familiar e Comunitária e da Primeira Infância, que visam proteger as crianças das violências intrafamiliares ou institucionais. Bem como, alertar e sensibilizar pais, familiares, educadores, profissionais da saúde, da assistência social, da segurança pública, do judiciário e gestores públicos sobre o impacto das violências no desenvolvimento infantil.



“Subnutrição, ausência ou precariedade de saneamento básico e doenças infecciosas não são mais as principais causas de mortes de crianças em nosso país. Na atualidade, as violências são a maior ameaça à vida das crianças brasileiras. De acordo com os dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), a partir de 1 ano idade, a principal causa de mortes no Brasil são as violências - as violências interpessoais e as que ocorrem no trânsito. Os dados do

SIM informam ainda que a agressão é a segunda causa de morte de crianças de 0 a 1 ano de idade. E mais, a cada dois dias, em média, cinco crianças de até 14 anos morrem vítimas de agressão. Ou seja, a cada dez horas, uma criança é assassinada no Brasil”, informa Cida Alves, psicóloga do Núcleo de Vigilância às Violências e Promoção da Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia.

Os dados do Sistema de Informação Hospitalar (SIH, 2004) informam que 10% das crianças que se apresentam nas urgências dos hospitais, no Brasil, com menos de 5 anos, são vítimas de violências físicas. Nas internações hospitalares, verifica-se elevada ocorrência de traumatismo craniano em crianças.

O público-alvo foram os profissionais e gestores que atuam nas áreas: da assistência social; educação; saúde; segurança pública; judiciário; pesquisadores, educadores e acadêmicos que atuam na área da infância, família e áreas afins; conselheiros tutelares; conselheiros do Controle Social e defensores de Direitos Humanos; e organizações e movimentos sociais que atuam no cuidado e na defesa de crianças.

## **2.21 Audiência Pública - Tema: Intolerância Religiosa**

A Comissão de Segurança Pública, por iniciativa de sua presidente Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, promoveu audiência pública para discutir sobre o tema **Intolerância Religiosa**, no dia 16 de novembro de 2015 no auditório Costa Lima da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. O evento contou com a participação da Deputada Federal Erika Kokay.

Apesar do Brasil ser um Estado laico, muitos casos de intolerância, independente da religião vem ocorrendo em todo o país. Exemplo disso é situação ocorrida este ano em Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas e Valparaíso, quando casas de candomblé foram alvo de vandalismo.

No entorno do Distrito Federal, dois terreiros já foram atacados nos últimos dias. O episódio mais grave foi em Santo Antônio do Descoberto (GO), onde o templo ficou destruído depois de incêndio criminoso. Em Águas Lindas (GO),

homens usaram uma caminhonete para derrubar o portão na entrada do espaço. Logo depois, os agressores voltaram e atearam fogo. Até agora, ninguém foi preso.



Babazinho de Oxalá, do terreiro em Santo Antônio do Descoberto, contou que um mês antes os criminosos já haviam invadido o espaço, quando quebraram tudo.

Foi ainda lembrado, entre outros casos, o da menina Kayllane Campos, 11 anos, vítima de agressão no Rio de Janeiro, em junho. Vestida com a indumentária de culto, ele voltava para casa depois de participar de um culto de candomblé quando foi atingida com uma pedrada na cabeça. Depois disso, líderes religiosos realizaram na capital fluminense um ato contra a intolerância religiosa e em apoio à menina.

Adna Santos de Araújo, também conhecida como Mãe Baiana, coordenadora de Comunidades de Matriz Africana de Terreiros da Fundação Cultural Palmares, informou que o órgão já recebeu registros de 218 denúncias de atos de violência contra espaços de culto de religiões de matriz africana.

Segundo ela, a procuradoria da secretaria está acompanhando todas as ocorrências, buscando garantir que sejam apuradas e os responsáveis punidos. A seu ver, os atos não são apenas de violência, mas também denotam racismo e devem ser enquadrados legalmente desse modo, como crime inafiançável.



## **2.22 Seminário – Tema: 1º Seminário de Segurança Pública SENASP/GGIM**

A Comissão de Segurança Pública participou do 1º Seminário SENASP/GGIMS (Secretaria Nacional de Segurança Pública - Gabinete Gestor Integrado Municipal), realizado no dia 19 de novembro de 2015, em Goiânia, no auditório da Secretaria da Segurança Pública do Estado de Goiás.

O evento reuniu grupos gestores das cidades de: Aparecida de Goiânia, Anápolis, Goiânia, Rio Verde e Senador Canedo. Durante o encontro foram realizadas palestras sobre: Conceito de GGIMS e INFOGGI (Sistema de Informações sobre Gabinetes de Gestão Integrada) com o palestrante Fernando

Cezar Zarantonello; Programa Goiás com Vida, com o delegado Edilson de Brito, Chefe de Gabinete da SSP (Secretaria de Segurança Pública).

Na oportunidade também foram apresentados GGIM (Gabinete de Gestão Integrada Municipal) de Rio Verde, Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis e Senador Canedo.

## **2.23 Audiência Pública – Tema: Dia Internacional da Não Violência Contra as Mulheres**

A Comissão de Segurança Pública participou da Audiência Pública do Dia Internacional da Não Violência Contra as Mulheres, que foi realizada no dia 25 de novembro de 2015, no Auditório Solon Amaral da Assembleia Legislativa de Goiás.

Durante a audiência a autora da proposta, deputada Isaura Lemos, concedeu a Comenda Maria da Penha às personalidades que se destacaram no combate à violência contra às mulheres no Estado de Goiás. Dentre as homenageadas, esteve a presidente da CSP deputada Delegada Adriana Accorsi, em razão do trabalho parlamentar desenvolvido como deputada estadual na elaboração de leis e realização de ações de combate à violência, bem como de empoderamento das mulheres, e também por sua história como delegada na Polícia Civil.

A mesa diretora dos trabalhos foi composta por Isaura Lemos; Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, presidente da Comissão de Segurança Pública; vereadora do município de Goiânia Tatiana Lemos; titular da Secretaria Cidadã, deputada estadual licenciada Lêda Borges; e a representante do Centro de Valorização da Mulher Consuelo Nasser (Cevam), Dolly Soares. Também participam do encontro diversas autoridades e representantes da sociedade organizada.

Para a deputada Isaura Lemos, o evento proporcionou uma maior integração entre as delegacias. Além disso, a parlamentar sugeriu que fosse criada uma carta alusiva ao dia 25 de novembro, data que é lembrada como Dia Internacional da

Não Violência Contra as Mulheres, para que seja entregue ao presidente do Tribunal de Justiça e ao Governador do Estado, com relatos dos depoimentos ouvidos durante a reunião.

A mesma ainda expôs: “Goiás é o terceiro Estado brasileiro assassino de mulheres. Goiânia é a quinta capital que mais assassina mulheres. Nós, infelizmente, estamos entre os líderes no ranking da violência contra as mulheres”.



De acordo com a deputada, o poder público deve tomar medidas efetivas no combate ao feminicídio e ainda na conscientização de toda a população. Conforme a parlamentar, a violência contra as mulheres não têm classe social nem região geográfica, pois atualmente o Estado do Paraná lidera os índices, ressalta.

Parceiro no enfrentamento à violência, o Centro de Valorização da Mulher Consuelo Nasser (Cevam) foi representado pela diretora Dolly Soares. Segundo ela, as mulheres precisam de acesso e serem ouvidas pelo poder público estadual.



De acordo com a presidente da CSP, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, o mapa da violência diz que Goiás é o terceiro estado que mais registra homicídio de mulheres no País. “Temos que colocar a Lei Maria da Penha em vigor em sua totalidade”, frisou, destacando que as vítimas precisam da mão forte do trabalho das polícias e do poder público. Adriana destaca que Goiás repercute negativamente nesse quesito, pois deverá subir de posição no mapa da violência em 2016.



## 2.24 Seminário – Tema: 1º Colóquio de Segurança Pública: Um novo modelo de Segurança Pública para o Brasil de mais mudanças

A Presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou nos dias 03 e 04 de dezembro em Belo Horizonte - MG, do seminário 1º Colóquio sobre **Segurança Pública: Um novo modelo de Segurança Pública para o Brasil de mais mudanças**. Realizado pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, Fundação Perseu Abramo, Fundação Friedrich Ebert Stiftung e Instituto Lula.



O evento se propõe a aprofundar a discussão acerca das necessárias mudanças no modelo de segurança pública até hoje vigente no país, aprofundando, especialmente, na busca das causas da violência e das altas taxas de criminalidade ligadas intrinsecamente ao modo de ser e agir das corporações policiais.

Também foram abordados temas como ciclo completo, carreira única com a democratização do acesso aos postos de comando, fim do improdutivo inquérito policial e a exata compreensão dos meandros da inteligência policial.

### 3 – OUTROS EVENTOS

#### 3.1 Reunião com delegadas e delegados das delegacias especializadas no atendimento à mulher - DEAM

No dia 06 de agosto de 2015, às vésperas do dia em que se completam nove anos da promulgação da Lei Maria da Penha (07/08), a presidente da Comissão de Segurança Pública Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, reuniu com: delegadas e delegados de polícia de Goiânia e municípios do entorno da capital; representantes do movimento de mulheres; o secretário municipal dos Direitos Humanos, professor Pedro Wilson; e representantes da OAB. Com o objetivo de discutir formas de efetivar a lei, devido a importância de unir esforços para que as ações previstas sejam cumpridas.



A presidente da Comissão relatou algumas ações que tem feito a favor dos direitos das mulheres, das crianças e adolescentes, e informou que a visita que fez ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Leobino Valente Chaves, juntamente com a delegada da Deam de Aparecida de Goiânia, Bruna Damaceno B. Tocantins, já está rendendo frutos. Há dois dias o TJ anunciou a criação de juizados especiais em cinco municípios goianos, entre eles, Aparecida de Goiânia. A medida irá dar celeridade aos inquéritos de violência doméstica e possibilitará as autoridades policiais solicitar e obter do juiz medidas protetivas em favor das vítimas, obrigando os agressores a manter uma distância segura da vítima.

A deputada também informou que apresentaria na sessão ordinária desta quinta-feira, 06/08/15, dois requerimentos. O primeiro, encaminhado ao delegado geral da Polícia Civil, João Carlos Gorski, solicitando a orientação dos delegados para que nos casos de violência doméstica em que solicitarem medidas protetivas às vítimas, também requeiram ao juiz que o acusado faça uso da tornozeleira eletrônica. O objetivo é que os movimentos sejam monitorados, e consequentemente garantam a integridade física e a vida das mulheres. O outro requerimento, foi uma solicitação ao desembargador Leobino Valente que acompanhe os processos de violência doméstica, de modo que na progressão de regime os presos não sejam liberados sem que haja a confirmação da colocação da tornozeleira eletrônica.

O secretário municipal de Direitos Humanos, professor Pedro Wilson, ressaltou a importância da iniciativa e colocou a secretaria à disposição de tais demandas.

Após a reunião, a Deputada Estadual Adriana Accorsi convidou os presentes para acompanharem a apresentação do requerimento. Durante a apresentação, a deputada agradeceu a presença das delegadas de polícia e conclamou a todas as pessoas a aderirem a luta pelo enfrentamento a violência doméstica, que ela considera ser um dever de todos. Após a apresentação, o requerimento foi votado por unanimidade pelos deputados presentes.

### **3.2 Reunião com delegadas e delegados das delegacias de proteção à criança e ao adolescente - DPCA**

A presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, promoveu reunião com delegadas e delegados que atuam na área de proteção a crianças e adolescentes (DPCA), no dia 20 de agosto de 2015, na Escola do Legislativo. O evento teve como objetivo discutir a profissão, as condições de trabalho e buscar sugestões para que possa colaborar com a apresentação de projetos de lei, requerimentos, ou até mesmo com pedidos ao Poder Executivo.

Participaram da reunião além dos assessores do gabinete da Deputada Estadual Adriana Accorsi; a psicóloga e escritora Aliciana Freitas; as delegadas Paula Meotti e Fabiana Mancuso, de Goiânia; Cynthia Costa, de Anápolis; Marcus Brenes, de Luziânia; André Medeiros, de Porangatu; Daniel Oliveira, de Trindade; e servidores da Comissão de Segurança Pública. Atualmente, existem 14 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescentes, em Goiás.

Sensível aos casos de violência contra crianças e adolescentes, a presidente Adriana quis ouvir dos delegados sugestões que possam colaborar na padronização dos atendimentos às vítimas, ou seja, criar um protocolo de conduta em relação as vítimas e familiares e colocá-lo em prática.

Muitos se posicionaram no sentido de conscientizar as crianças sobre o que é violência e abuso sexual, pois, por não terem conhecimento, vêem a violência com naturalidade e não conseguem caracterizá-la. Neste sentido, foi dada a sugestão de fazer uma cartilha lúdica direcionada às crianças para orientá-las sobre os crimes.

A falta de qualificação dos conselheiros tutelares também é uma das preocupações. Esclareceram que a atuação na defesa das crianças e adolescentes influencia diretamente no trabalho de investigação. Segundo eles, é comum os conselheiros não terem habilidade para tratar o problema, desconhecerem o teor do Estatuto da Criança e do Adolescente e ainda negligenciarem a questão, com a

errônea afirmação de que se não houve a consumação de abuso sexual, não há crime.



Na oportunidade, Adriana Accorsi enfatizou a importância da capacitação dos novos conselheiros tutelares, que serão eleitos em outubro desse ano, bem como dos professores das redes pública e privada de ensino, que atuam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, pois, muitas vezes, são as primeiras a perceber algo errado com as crianças.

Também foi levantada a necessidade de capacitação dos profissionais dos Institutos Médicos Legais, em especial no interior, para que façam um atendimento responsável e humanizado. Os policiais alertaram que, na maioria dos municípios do Estado, as redes de atendimento às crianças e aos adolescentes não funcionam.

A delegada Fabiana Mancuso sugeriu que a formação seja feita por meio do Programa Proteger, que objetiva conscientizar profissionais, familiares e educadores sobre os problemas de violência relativa às crianças e adolescentes.

O protocolo de atendimento sugerido na reunião poderá virar protocolo de atendimento único em todo o país, segundo Adriana Accorsi. A deputada estadual pretende levar até a presidenta Dilma Rousseff a reivindicação da criação do documento obrigatório, com o objetivo de garantir que às crianças e adolescentes vítimas de violência tenham atendimento humanizado e acompanhamento psicológico familiar.



### **Sugestões levantadas:**

1. **Delegada Cynthia Cristyane Alves Costa:**
  - a. Fazer uma cartilha do Disque 100 direcionado para crianças (A Delegada Renata se comprometeu a enviar um modelo que ela já tem para a Deputada Estadual Delegada Adriana Acorssi).
  
2. **Delegada Fabiana Mancuso Ganga:**
  - a. Relatou que em situações de negligência e maus tratos, ela percebe que muitas vezes ocorre um desajuste familiar. Acredita que se fizesse uma

mediação na delegacia, poderia evitar que chegue ao judiciário. Complementando, que a mediação, a conciliação é uma saída.

b. Sugeriu avaliação psicológica com a família em desajuste e principalmente um acompanhamento com a vítima. Onde a mãe ficaria com a obrigatoriedade de levar a criança por no mínimo cinco sessões individuais com o psicólogo.

**3. Delegada Renata Vieira da Silva Freitas:**

a. A Delegada nos inteirou sobre o **Programa Proteger**. Este Programa foi implementado pelo **Dr. Guilherme Schelb** que atualmente é Procurador Regional da República. Visa orientar os profissionais que atuam na área de segurança pública, tais como, policiais, professores, médicos, sobre questões de violência e criminalidade infanto-juvenil. Ensina a forma de intervir e encaminhar corretamente as situações de risco, como por exemplo, a forma de abordar a criança vítima de uma violência (<http://www.programaproteger.com>).

b. Sugeriu a obrigatoriedade de um acompanhamento psicológico com a criança assim que registrasse o Boletim de Ocorrência.

c. No exame pericial levantou a possibilidade de proibir fotografar as partes íntimas das vítimas no IML para o processo.

d. Sala restrita para exame pericial no IML, ambientada para crianças (com o intuito de melhor acolher a vítima).

**4. Delegada Paula Meotti:**

a. Sugeriu uma capacitação para os professores para saberem orientar as crianças sobre o abuso e de como lidar com a situação, principalmente em receber a denúncia e para onde encaminhá-la.

**5. Delegado Marcus Brenner Gualberto de Aragão:**

a. Ressaltou a importância da capacitação dos agentes, escrivães, delegados, médicos legistas e psicólogos para ajudarem no inquérito, principalmente no acolhimento da criança e em como receber a denúncia.

**6. Aliciaiana Oliveira de Freitas:**

a. Levantou a importância de humanizar o policial e o médico legista para a condução da perícia do abuso que hoje é feita de uma forma muito agressiva. Sugeriu que o exame fosse feito, preferencialmente, por médicas e obrigatoriamente, acompanhada no momento do exame pericial por uma psicóloga, tornando o assim um protocolo de atendimento.

b. Sugeriu a elaboração de um projeto fundamentado, para justificar e comprovar a importância da parceria com CRAS. A Deputada Estadual Delegada Adriana verificará a possibilidade da Alego elaborar esse projeto.

c. Nos informou sobre o Projeto “Chá de Bonecas” que é voltado para as crianças, realizado por uma psicóloga, aonde ela explica, de uma forma lúdica, sobre educação sexual e o que é abuso sexual. A Delegada sugeriu que fizéssemos uma parceria com esse projeto para visitas em escolas, no intuito educativo e preventivo.

**7. Delegado André Luis B. C. de Medeiros:**

a. Nos informou que a unidade DPCA de Porangatu não tem estrutura para amparar essas vítimas. Não conta com o apoio do Conselho Tutelar, não tem médico legista, nem CRAS (Centro de Referência da Assistência Social). Inclusive o número de delegados na região é muito baixo. Precisam urgentemente de mais delegados. O problema é a grande evasão dos delegados lotados no interior para a região metropolitana. Sugeriu que para os próximos concursos a prova seja regionalizada, que seja feita a prova na cidade a ser lotado.

b. Propôs um diálogo com a Dra. Rejane (Superintendente da Polícia Técnico Científica de Goiás), para criar um núcleo da Polícia Técnico Científica em Porangatu.

c. Sugeriu a criação de um protocolo de conduta em relação às vítimas e familiares.

**8. Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi:**

- a. Ressaltou a importância do assistente social, sendo que essa responsabilidade é do município através do CRAS. Afirmou a necessidade de sensibilizar os prefeitos dessa parceria que deve ser firmada (Delegacia/CRAS).
- b. Sugeriu a capacitação dos novos conselheiros tutelares que serão eleitos em outubro deste ano, bem como dos professores, pois muitas vezes são os primeiros a perceber que há algo errado com a criança.
- c. Entrar em contato com o Conselho Regional de Medicina para que os médicos sejam sensibilizados da forma como realizar o exame pericial das vítimas (para evitar outro trauma na criança). Obs.: A Deputada ficou de contatar, com urgência, o responsável pelo curso de formação dos novos médicos legistas para incluir na grade do curso a humanização e sensibilização no exame pericial.
- d. Pediu para os delegados fazerem um levantamento das delegacias que não tem parceria com os psicólogos da prefeitura.
- e. Fazer um evento com os prefeitos para informá-los das deficiências estruturais e de profissionais necessários e tentar sensibilizá-los da gravidade da falta destes.
- f. Formar uma comissão de Delegados das DPCAs para comparecer na audiência agendada com a Presidenta Dilma.
- g. Ressaltou a possibilidade do protocolo de atendimento sugerido na reunião vir a ser um protocolo de atendimento único em todo o país.

### **3.3 Reunião em Brasília**

A presidente da Comissão de Segurança Pública, a Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi reuniu, no dia 14 de setembro de 2015 em Brasília, com a Ministra Eleonora Menecutti da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), a Secretária Nacional da Segurança Pública, Regina Miki, e o Assessor Especial da Presidência da República, Olavo Noletto. A intenção da deputada é buscar parcerias para ações no Estado de Goiás.

O primeiro encontro foi com a ministra Eleonora Menecutti, com o objetivo de apresentar as ações do mandato da delegada na defesa dos direitos das mulheres e no enfrentamento à violência doméstica e aos crimes de abuso sexual.



Adriana relatou sua preocupação com números elevados de feminicídio no estado e se colocou à disposição da ministra para ser parceira na sensibilização das prefeituras do interior goiano para a criação de coordenadorias, fundamentais para o enfrentamento à violência doméstica nestas localidades.

A deputada também elogiou a SPM e a criação da Casa da Mulher Brasileira. A ministra ressaltou que duas já foram inauguradas, uma no Distrito Federal e outra em Campo Grande. Outras seis unidades estão em construção.

De acordo com Menecutti, o objetivo é a construção de uma unidade em cada capital brasileira. A Casa da Mulher Brasileira integra inúmeros serviços de atendimento a vítima de violência. A presidente da Comissão de Segurança Pública finalizou a conversa relatando a intenção de realizar ainda este ano um seminário de enfrentamento à violência doméstica, destinado aos profissionais que atendem as vítimas. Ao ensejo, convidou a assessora Cida Borges, da SPM, para ser uma das palestrantes.

Após a reunião com a ministra Eleonora, Adriana Accorsi se reuniu com a coordenadora geral de Saúde das Mulheres, Rurany Ester Silva, e com a secretária de Articulação Institucional de Ações Temáticas, Rosali Scalabrin. Com elas foram tratadas pautas relacionadas à saúde das mulheres e também a articulação para as conferências municipais e estaduais, que antecedem a grande Conferência Nacional de Mulheres, prevista para ser realizada ainda este ano.



A presidente da Comissão de Segurança Pública também esteve com a Secretária Nacional de Segurança Pública, Dra. Regina Miki, buscando parceria pela segurança de Goiás e em seguida com o assessor especial da Presidência da República, Sr. Olavo Noleto. Na oportunidade a Deputada Delegada Adriana Accorsi entregou, à Secretária Regina Miki, o relatório das atividades do 1º Semestre da Comissão de Segurança Pública.



### 3.4 Evento: Agenda Goiás – “Participação e Competividade”

A Comissão de Segurança Pública, através das servidoras Ana Paula de Oliveira Pinto e Luciana Maranhão Pereira, esteve presente no 6º Agenda Goiás, realizado no Município de São Luís de Montes Belos, no dia 24 de setembro de 2015, cujo tema foi discutir sobre Segurança Pública. Teve como palestrantes o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, e o comentarista da TV Globo e ex-capitão do Batalhão de Operações da Polícia Militar (BOPE) do Rio de Janeiro, Rodrigo Pimentel.

Marcaram presença o Secretário de Gestão e Planejamento do Estado, Thiago Peixoto; o Secretário da Segurança Pública do Estado, Joaquim Mesquita; o Comandante-Geral da Polícia Militar de Goiás, Coronel Sílvio; o Diretor-superintendente do Sebrae, Igor Montenegro; o Vice-presidente do Grupo Jaime Câmara, Maurício Duarte; o Superintendente do Vapt Vupt, Itamar Leão; a prefeita de São Luís de Montes Belos, Mércia Tatico; o Vice-prefeito de São Luís, Adão Silva; o Presidente da Câmara, Eber Dias; além de vereadores, secretários e servidores dos outros municípios da região oeste do estado.

Agenda Goiás – Participação e Competividade é um projeto que tem a parceria entre o governo de Goiás, por meio da Segplan, Grupo Jaime Câmara, por meio do jornal O Popular, com apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O objetivo é promover um amplo debate com a sociedade, provocando discussões sobre o potencial socioeconômico do Estado.

Lançado no dia 19 de junho de 2015, pelo governador Marconi Perillo e o secretário de Gestão e Planejamento Thiago Peixoto, no segundo Agenda Goiás serão realizados fóruns em dez cidades-pólo de todas as regiões do Estado:

- **Sudeste:** Rio Verde (25/06/15), tema – Desenvolvimento Econômico;
- **Nordeste:** Formosa (15/07/15), tema – Proteção Social;
- **Sul:** Itumbiara (12/08/15), tema – Gestão Pública;
- **Noroeste:** Aruanã (19/08/15), tema - Meio Ambiente;
- **Sudeste:** Catalão (03/09/15), tema - Parceiras Públicas e Privadas;
- **Oeste:** São Luís de Montes Belos (24/09/15), tema - Segurança Pública;
- **Norte:** Porangatu (06/10/15), tema - Saúde;

- **Central:** Anápolis (20/10/15), tema - Infraestrutura e Logística;
- **Entorno do Distrito Federal:** Luziânia (10/11/15), tema - Educação;
- **Metropolitana:** Goiânia (24/11/15), tema - Desenvolvimento Urbano.

Os eventos contarão com palestras de especialistas, divididas em três eixos principais: **qualidade de vida** - com temas relacionados a saúde, segurança, educação, proteção social e desenvolvimento urbano; **competitividade** - abrangendo discussões sobre meio ambiente, desenvolvimento econômico, infraestrutura e logística; e **gestão para resultados** - com temas como parceria público-privada, gestão pública e transparência.

As discussões, que terão como foco a competitividade de Goiás, envolverão desde representantes das prefeituras, instituições e entidades civis, como também a população dos municípios, cujos interesses pautam os debates.

Assim, o Agenda Goiás busca traçar um perfil de cada região e propor estratégias de desenvolvimento sustentável para os próximos dez anos. Os fóruns realizados até o mês de agosto sustentarão a elaboração do Plano Plurianual (PPA) para os próximos quatro anos.

Ao final de cada evento, o jornal O Popular publicará um caderno, reunindo as principais ideias apresentadas nas palestras dos especialistas, autoridades e as propostas dos participantes das mesas de trabalho, que servirão de referência para as políticas públicas estaduais nos próximos dez anos.

O Fórum foi aberto pela prefeita da cidade, Mércia Tatico, que deu boas-vindas aos presentes. Em seguida, o vice-presidente do Grupo Jaime Câmara, Maurício Duarte, agradeceu a presença de todos e pontuou que os debates do projeto Agenda Goiás têm sido muito ricos para a construção de conteúdo.

Em seguida o Diretor-superintendente do Sebrae, Igor Montenegro, falou sobre a participação do Sebrae no evento, e na atuação dos trabalhos desta instituição no estado. Sobre segurança pública falou a respeito do crescimento do tráfico de drogas no estado de Goiás, e sugeriu duas alternativas para o fim deste mal:

- Dar alternativa de renda (emprego) para população; e,
- Encaminhar os jovens para cadeia produtiva, para não caírem na área de risco.

Thiago Peixoto, secretário de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (Segplan), comentou que o Estado competitivo é o caminho para construir soluções; que ferramentas de gestão eficiente tem referências como indicadores; que deve-se combater à evasão escolar; disponibilizar segurança nas escolas; que a educação é o caminho, a exemplo disso são os colégios militares; e que também deve-se discutir a descriminalização das drogas, pois pode ter consequências positivas para o país.

Logo após o secretário de Segurança Pública, Joaquim Mesquita, discursou, citando o plano estratégico (Programa Goiás Cidadão Seguro) no qual é uma referência de modelo de gestão a ser seguido pelo estado. Também comentou a respeito do manual de gestão e metas do Rio Janeiro, sugerindo uma adaptação para Goiás.

Comentou sobre a diferença entre indicadores de segurança e a sensação de segurança, onde este último falta implementação de políticas públicas. Também comentou a respeito do tráfico de drogas; enfrentar o problema de sua descriminalização; da epidemia do crack; e que a droga também é um problema de saúde pública e não apenas da segurança pública.



O governador Marconi Perillo pronunciou exigindo mudanças na Política Nacional de Segurança Pública, afirmando que a União tem que assumir também a responsabilidade da segurança pública dos Estados, pois apenas a verba do

executivo estadual é insuficiente. Pontuou a necessidade da União em realizar investimentos nesta área, ainda que seja sob a forma do repasse de verbas vinculadas, a exemplo do que ocorre atualmente com a saúde e educação.

Também cobrou do governo federal coordenação e investimentos em políticas nacionais de segurança pública. E que o problema maior sobre este tema, está na legislação. Criticou a Constituição Federal de 1988, que atribui aos Estados a responsabilidade pelos investimentos em segurança, e defendeu mudanças legislativas, previstas em projetos que tramitam no Congresso Nacional.

Falou a respeito do tráfico de drogas e sugeriu colocar as forças armadas (exército) nas fronteiras do Brasil para coibir a entrada no país. E apontou o caminho para as soluções diplomáticas com os países vizinhos. Que se adotem políticas proibitivas com os países fornecedores de drogas, como penalidade cortar relações comerciais e liberação de empréstimos do BNDES à esses países. Cobrou políticas efetivas nas fronteiras e comentou sobre o código de comando de divisas em Goiás.

E finalizou expressando a intenção em melhorar políticas internas, mas cobrou políticas nacionais e participação municipal na segurança pública do estado.

**Palestrante: Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro – José Mariano Beltrame**

Beltrame foi o primeiro palestrante do sexto fórum do projeto Agenda Goiás – Participação e Competitividade, em São Luís de Montes Belos. Iniciou sua palestra afirmando que Segurança Pública é uma missão impossível. Porque para funcionar, tudo tem que passar pela vontade política, ou seja, a visão política foca apenas no que gera voto e não no que realmente precisa. Por isso nunca investem em segurança pública, pois não gera voto como acontece na educação, saúde e etc..

Criticou a forma como a segurança é tratada na Constituição Federal de 1988, acredita que isso ocorreu pelo fato do país estar passando por um processo de redemocratização, bem quando polícia era tudo o que não se queria mais, devido ao regime militar. Ele propôs um “novo diploma constitucional” no qual o

foco não seja só na polícia e essa não seja só responsabilidade apenas dos Estados.

Enfatizou a importância das Academias de Polícia para formação de bons policiais, com professores concursados, bem remunerados e bem preparados. Informou que hoje no Rio de Janeiro é assim, com professores ganhando em média R\$60,00 a hora. Ou seja, defendeu que os centros de formações dos policiais tem que ser de qualidade.

Destacou que a solução seria vontade política e investimentos bem direcionados, priorizando a polícia e a segurança pública. Como também, o atendimento de demandas sociais (tais como: boa estrutura de educação e cultura), fortalecendo políticas públicas voltadas ao jovens, uma revisão das leis e da atuação do Ministério Público, Judiciário e sistema carcerário. Também através de contratação de consultoria e trazer a empresa privada para o serviço público.

O Secretário comentou que no Rio de Janeiro antes do ano de 2007 haviam 41 homicídios a cada 100.000 habitantes e que hoje são 24 homicídios a cada 100.000 habitantes.

José Mariano fez um breve histórico do surgimento das favelas no Rio de Janeiro, desde a colonização portuguesa, passando pela mudança da capital para Brasília, e da chegada das drogas nos morros na década de 80 (época na qual se fez muito dinheiro, corrompendo a polícia e todo o sistema). Em seguida, chegaram os armamento e a guerra entre as facções e era preciso proteger a população nas ruas. Com isso, surgiram as UPP's (Unidade de Polícia Pacificadora), a polícia entra e permanece (24 horas). Beltrame destacou que a equipe era formada por policiais recém-saídos da Academia, ou seja, sem vícios, vícios não só de corrupção, mas daqueles que participaram da guerra.

O palestrante comunicou que a polícia no Rio de Janeiro está passando por uma reconstrução. A cada curso de formação de policiais eles saem melhores que os anteriores. E que foi elaborado um Plano de Metas, no qual se paga para quem consegue bater as metas (plano de recompensa). A equipe que consegue bater as metas recebe de prêmio, hoje, R\$13.000,00, do soldado ao capitão recebe o mesmo valor. O plano é que haja redução de homicídios sem que a polícia precise matar.



Criticou, dizendo que o problema da segurança pública está na legislação e não apenas na polícia como normalmente acontece. A polícia é apenas um elo da corrente, é parte da solução e não a solução propriamente dita. Pois esta, se envolve quando tudo já aconteceu, ou seja, quando os crimes já ocorreram. Portanto, tem que tratar a origem do problema, falta política social para não acontecer os crimes, investimentos em educação, assistência social, formação profissional e etc. Não é a polícia que vai resolver todos os problemas.

Beltrame lamentou que o Brasil tem lei de 1º. mundo porém com uma sociedade não preparada para isso. Ressaltou de fundamental importância uma mudança cultural: “a sociedade olha a favela como gueto. Quer favela para ter babá, faxineira e cozinheira”. Complementando que a mudança de mentalidade estende-se à corrupção fomentada pelo dinheiro do tráfico que contamina todo o sistema (polícia, políticos...).

Alertou que o tráfico se instala onde o estado não está, por isso há a necessidade de libertar as pessoas dessas zonas perigosas e colocar a polícia para entrar e permanecer nessas áreas de risco, e conjuntamente levar escolas, creches, hospitais, estruturas para esportes e etc. Tem de haver políticas públicas para salvar a juventude.

Também cobrou que não há um ministério de segurança pública, pois não tem o interesse de investirem nesta área. E por fim disse que a segurança pública é responsabilidade de todos, não só do governo. Depende do comportamento e esforço de cada um. A responsabilidade também é da população, principalmente na forma de criação/educação familiar.

**Palestrante: ex-capitão do BOPE do Rio de Janeiro e comentarista da TV Globo – Rodrigo Pimentel**

Pimentel iniciou a palestra perguntando quem da plateia achava que a criminalidade era eminentemente de polícia. Recorreu a estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para mostrar que o avanço da criminalidade não está vinculado a questões de desigualdade social, nem ao desenvolvimento econômico, e nem se resolve simplesmente colocando mais policiais nas ruas.

Exemplificou que quanto mais desenvolvido e dinheiro circulando num município, mais ocorre aumento na violência. Pois em consequência, aumenta: vida noturna (bebida alcoólica, droga), poder aquisitivo (mais carros e motos), bens de consumo (ex.: celular). E com isso, conseqüentemente aumenta a quantidade de roubos e crimes.

Citou o caso do evento “Lona Cultural”, que houve uma redução significativa no número de homicídios nas regiões que sediaram. Ele acredita que com eventos deste tipo as pessoas ficam ocupadas evitando o envolvimento com os crimes. Ou seja, a solução preventiva aos crimes é manter os jovens ocupados (com escolas, esportes, cultura, música, dança, oficinas de artes, artesanato, cursos profissionalizantes, emprego, etc.).

O palestrante acredita que o problema é de prevenção e revisão das leis. Devemos pressionar os legisladores para criar leis referentes a Segurança Pública. Outra vertente é despolitizar a polícia, pois esta tem de ter autonomia para controlar, investigar e agir da melhor forma (Ex.: Polícia Federal), tem que ter liberdade para atuar. Portanto, não pode amarrar a atuação da polícia com as autoridades, como ainda acontece com as indicações do alto escalão da polícia que são por indicação política.

### 3.5 Reunião na Central de Alternativas à Prisão (CAP)

A Presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, esteve no dia 02 de outubro na Central de Alternativas à Prisão (CAP) para firmar uma parceria entre a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, Delegacias da Mulher e Central de Alternativas à Prisão, coordenada pelo Dr. Aristóteles Sakay.

Na reunião foi discutido ações para otimizar controle e recuperação de agressores domésticos e contribuir para este trabalho extremamente importante da Central.



### 3.6 Reunião com o Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência (NECRIVI) da Universidade Federal de Goiás

A presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, esteve na Universidade Federal de Goiás no dia 05 de

outubro de 2015 para conversar com professores, mestres e doutores que atuam em pesquisas do Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência (Necrivi-UFG).

Na ocasião a presidente da Comissão foi recebida pelo coordenador do Necrivi, professor Dijaci David de Oliveira, que pronunciou “que aquela era a primeira reunião com uma parlamentar que conhece sobre a temática da Segurança Pública”. E que este, é o tema central das discussões e pesquisas do Núcleo.

Adriana Accorsi discorreu sobre a experiência como delegada de polícia, superintendente dos Direitos Humanos e delegada geral da Polícia Civil, fazendo uma análise dos problemas crônicos da área da Segurança Pública e da falta de investimentos e de valorização dos profissionais da área. A deputada explicou como utiliza o mandato parlamentar na busca por melhorias para os órgãos policiais, uma vez que, como conhecedora do tema, não pode se acomodar vendo como a sociedade tem sofrido com a insegurança.



Os professores também expressaram. Disseram das possíveis parcerias que podem ser feitas entre a universidade e o mandato parlamentar da deputada, a fim de garantir a realização de pesquisas que colaborem para a superação dos

desafios que dizem respeito à Segurança Pública. Também foi ressaltada a importância da deputada levar à universidade a sua experiência e esclarecer a academia sobre temas e situações que, muitas vezes, são desconsiderados, como dados relevantes na busca da superação dos paradigmas atuais.

Os integrantes do Necrivi se mostraram interessados em conhecer os projetos do mandato da Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi e também se colocaram à disposição para colaborarem no que estiver ao alcance deles.

### **3.7 Evento Global Peace Leadership Conference 2015**

A presidente da Comissão de Segurança Pública, a Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, juntamente com o Tenente Tarley Rodrigues, Gerente do Conselho de Segurança Pública de Goiás e Adail, integrante de sua equipe, participou da Global Peace Leadership Conference realizada nos dias 12 e 13 de novembro em Brasília-DF.



O evento foi realizado pela Global Peace Foundation e teve como objetivo reunir-se com especialistas e acadêmicos nas áreas de Educação, Direitos Humanos e Relações Internacionais, para discutir sobre temas de grande importância para a paz mundial.

Na manhã do dia 12 de novembro, cinco ex-presidentes latinoamericanos reuniram-se no Memorial Darcy Ribeiro, na UnB, para participarem do Fórum: Brasil rumo à transformação nacional, como parte da Global Peace Leadership Conference 2015. Foram eles o guatemalteco Vinicio Cerezo (1986-1991); os bolivianos Jaime Paz Zamora (1989-1993) e Carlos Mesa (2003-2005); o Uruguai Luis Alberto Lacalle (1990-1995); e o panamenho Nicolás Ardito (1984-1985).

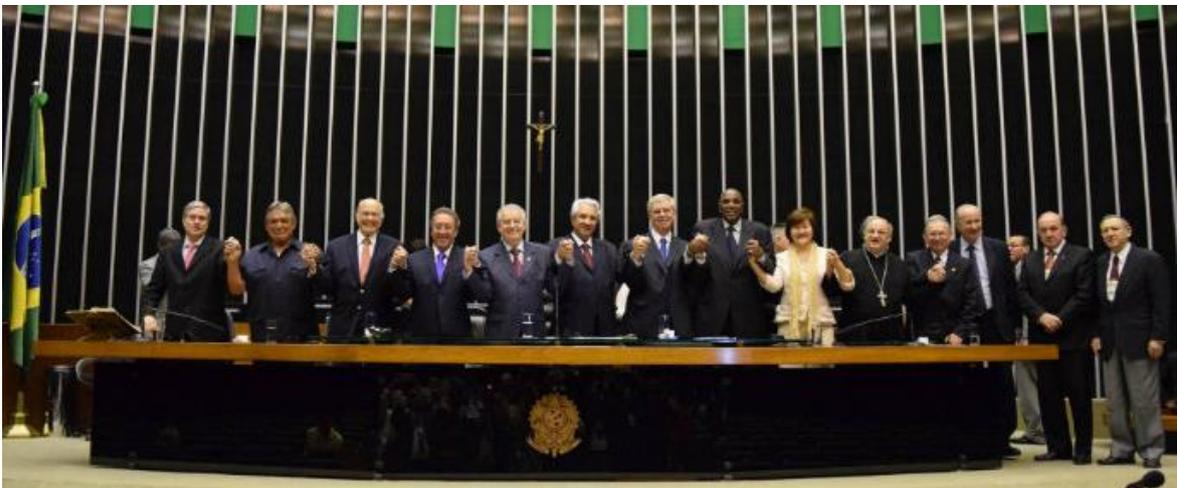
Em um momento em que o Brasil passa pela maior crise política desde o governo Collor, o assunto não poderia deixar de ser a corrupção. Vinicio Cerezo foi firme ao dizer que a corrupção se generalizou no século XXI e que o fenômeno não se estende apenas à América Latina. Citou como exemplo global a crise econômica de 2008, que teve origem em “manobras corruptas por parte dos empresas mundiais e que levaram governos europeus e dos Estados Unidos a salvar bancos com dinheiro público”.

Zamora foi mais otimista. Para ele, o próprio fato de que os grandes escândalos de corrupção estão se tornando públicos mostra um fortalecimento das instituições democráticas. “Por mais deficiente que seja, um mínimo de democracia está funcionando”, afirmou.

Para o boliviano Carlos Mesa, a corrupção é o resultado da falta de independência entre os três poderes (executivo, legislativo e judiciário), o que aumenta a impunidade. Ele lembrou porém que “os políticos não caem de Marte. São sempre reflexo e produto de suas sociedades”.

Nicolás Ardito concordou com Mesa, mas afirmou que a mesma independência deve valer também para as empresas públicas, para que elas se mantenham alheias ao poder político e deixem de ser usadas como armas por eles. Para Lacalle, no entanto, esse tipo de problema não será resolvido com a criação de mais leis — para ele abundantes na América Latina. O que é preciso, segundo o ex-presidente, é a garantia de que suas aplicações sejam feitas corretamente.

Na tarde do dia 12 de novembro, a Câmara dos Deputados recebeu os palestrantes da Global Peace Leadership Conference para um painel de discussão sobre três temas de extrema importância para a paz mundial: direitos humanos, educação e relações internacionais. A mesa foi presidida pelo deputado federal Nelson Marquezelli (PTB-SP) e mediada pelo deputado Saraiva Felipe (PMDB-MG). A deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) também compareceu para cumprimentar e parabenizar a conferência e afirmou que iniciativas como essas marcam o compromisso da Câmara dos Deputados com os direitos humanos.



Para dar início à discussão sobre Direitos Humanos, o deputado Luiz Couto (PT-PB), presidente da Comissão de Direitos Humanos na Câmara lembrou que a humanidade precisa resgatar seus valores para manter a paz.

James Flynn, presidente internacional da Global Peace Foundation, sugeriu que a paz só pode ser atingida a partir de três frentes. A primeira é a visão: “temos que enxergar a todos os homens como parte de uma família humana, porque viemos da mesma fonte, temos a mesma origem, independente de onde nascemos. E esta origem é Deus”. A segunda é os valores: “independente da religião, é preciso que nos concentremos no que elas têm em comum, nos valores que são compartilhados entre todos os povos”. E a terceira é a virtude, que é definida pela capacidade de se viver de acordo com os valores que defende.

O bispo Carlos Moura, da Congregação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi o próximo a tomar a palavra. Externou que refletir sobre os direitos

humanos significa refletir sobre a própria história da humanidade. “O que hoje é considerado um direito humano é resultado de um lento caminhar que custou a luta e o sangue de muitos. Daí a importância de reconhecer as forças sociais”, afirmou.

Danillo Alarcon, coordenador do curso de Relações Internacionais da PUC-GO, afirmou que a ideia dos direitos humanos e o respeito a eles devem ser centrais na forma como fazemos educação e na forma como nós pensamos as relações internacionais. Referindo-se à crise política e econômica que assola o país, ele afirmou que para sair dela é preciso engajar os jovens e lembrou que conflito e cooperação podem não ser antagônicos. “Do conflito pode surgir a cooperação. A política deve ser o exercício da tolerância, é através dela que resolveremos os conflitos”, concluiu.



Sobre o tema da Educação Luiz Alberto Lacalle, do Uruguai, destacou que a educação é o tema mais importante do mundo e que todos os países, não importa o quão avançado sejam, estão preocupados com isso. “Cada vez mais estamos preocupados em ensinar técnicas aos nossos alunos, o como fazer, e estamos nos esquecendo de ensiná-los os valores”, afirmou o ex-presidente.

Carlos Mesa, da Bolívia, afirmou que a América Latina passa por uma crise em que seus jovens não reconhecem lideranças às quais estejam dispostos a

seguir. “A crise que enfrentamos hoje não está exclusivamente ligada à ação dos políticos, trata-se de uma crise que abarca toda a sociedade”, afirmou Mesa. No entanto, o ex-presidente mostrou-se otimista ao dizer que o fato de a própria sociedade estar se unindo para dizer um basta a esta falta de valores morais é um sinal de que um novo caminho pode se abrir na política, desde que siga a estrutura de democracia que foi colocada. “É preciso distinguir políticos corruptos da política corrupta. Devemos melhorar a política, não enterrá-la”.

Tony Devine, vice-presidente de Educação da Global Peace Foundation, trouxe dados de diversas pesquisas para demonstrar a existência de uma discrepância no sistema de ensino mundial: enquanto diretores de faculdades e universidades afirmam estar preparando bem seus jovens para o mercado de trabalho, apenas 11% dos executivos e donos de empresa afirmam achar que esses jovens saem preparados dessas mesmas escolas. “Precisamos de um alinhamento, de uma revolução na educação para mudar isso. O ensino precisa dar ênfase em cinco pontos: criatividade, caráter, relacionamento, comunicação e aprendizado por toda a vida”, concluiu.

Sobre o tema das Relações Internacionais Jaime Paz Zamora, ex-presidente da Bolívia, afirmou que, ao olhar para os BRICS, era necessário entender que o desempenho do Brasil reflete em toda a economia latinoamericana e que, por isso, todos devem torcer por uma boa recuperação brasileira. Mas o ex-presidente também criticou a falta de diálogo entre o Brasil e a América Latina hispânica. “O Brasil tem uma missão interna, que é resolver seus problemas sociais, e uma missão externa, que é integrar a América Latina de forma efetiva através de suas fronteiras”, argumentou.

Danillo Alarcon, coordenador do curso de Relações Internacionais da PUC-GO, afirmou que a ideia dos direitos humanos e o respeito a eles devem ser centrais na forma como fazemos educação e na forma como nós pensamos as relações internacionais. Referindo-se à crise política e econômica que assola o país, ele afirmou que para sair dela é preciso engajar os jovens e lembrou que conflito e cooperação podem não ser antagônicos. “Do conflito pode surgir a cooperação. A política deve ser o exercício da tolerância, é através dela que resolveremos os conflitos”, concluiu.

### 3.8 4ª Conferência Estadual de Políticas para Mulheres

A presidente da Comissão de Segurança Pública, a Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, participou da **4ª Conferência Estadual de Políticas para Mulheres**, realizada no dia 11 de dezembro de 2015 no Hotel Biss Inn em Goiânia. O evento é uma das etapas que antecede a 4ª Conferência Nacional, a ser realizada em março de 2016, em Brasília.



As Conferências municipais e intermunicipais de mulheres já aconteceram em todo estado. Ao todo foram realizadas 20 conferências municipais, 07 intermunicipais com 67 municípios envolvidos. Com um total de 2.545 participantes e 290 delegados.

No encontro foi discutido o tema: “Mais direitos, participação e poder para as Mulheres”, foi analisado as prioridades de Goiás, dentre elas destacou-se à política em defesa da mulher no intuito de tirar Goiás do 5º lugar em violência doméstica, de acordo com o Mapa da Violência.

## 4 – QUADRO DE EVENTOS

### Realização de Audiências Públicas, Reuniões, Visitas e Demais Ações:

MARÇO / 2015	
<b>VISITAS</b>	<p><b>09/03</b> Visita no município de Ceres – GO à Delegacia Regional e Local, presídio, Batalhão da Polícia Militar e IML.</p> <p><b>16/03</b> Visita no município de Iporá – GO à Delegacia Regional e Local, e Batalhão da Polícia Militar.</p> <p><b>26/03</b> Visita no município de Valparaíso – GO à Delegacia Local e a Delegacia especializada ao atendimento da mulher.</p>
<b>DEMAIS AÇÕES</b>	<p><b>06/03</b> Realização de palestra sobre a <b>Violência Contra a Mulher</b>, no município de Goiânia – GO, no Bairro Jardim Cerrado VII. Contou com a presença da Delegacia Móvel e o Programa da Polícia Civil Escola Sem Drogas.</p> <p><b>09/03</b> Realização de palestra sobre a <b>Violência Contra a Mulher</b>, no município de Ceres – GO.</p> <p><b>13/03</b> Realização de palestra sobre a <b>Violência Contra a Mulher</b>, no município de Goiânia – GO, no Bairro Jardim Novo Mundo. Contou com a presença da Delegacia Móvel e o Programa da Polícia Civil Escola Sem Drogas.</p> <p><b>16/03</b> Realização de palestra sobre a <b>Violência Contra a Mulher</b>, no município de Iporá – GO.</p> <p><b>18/03</b> Participação no GGIM – Gabinete de Gestão Integrada do município de Goiânia.</p> <p><b>26/03</b> Realização de palestra sobre a <b>Violência Contra a Mulher</b>, no município de Valparaíso – GO.</p> <p><b>27/03</b> Realização de palestra sobre a <b>Violência Contra a Mulher</b>, no município de Aparecida de Goiânia – GO. Contou com a presença da Delegacia Móvel e o Programa da Polícia Civil Escola Sem Drogas.</p>

## ABRIL / 2015

<p><b>AUDIÊNCIAS PÚBLICAS</b></p>	<p><b>06/04</b> Realização de Audiência Pública no município de Itapuranga- GO, com intuito de discutir os problemas que envolvem a segurança pública na cidade.</p> <p><b>13/04</b> Realização de Audiência Pública no município de Goiânia – GO, na Assembleia Legislativa, com o intuito de discutir e debater as alternativas garantindo assim a segurança da população principalmente sobre a inconstitucionalidade do Serviço de Interesse militar Voluntário Estadual (SIMVE).</p> <p><b>20/04</b> Participação em Audiência Pública no município de Cavalcante - GO, a fim de discutir a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes da comunidade Quilombola.</p> <p><b>27/04</b> Realização de Audiência Pública no município de Goiânia - GO, no bairro Nova Esperança, com intuito de discutir os problemas que envolvem a segurança pública na região noroeste da capital.</p> <p><b>28/04</b> Realização de Audiência Pública no município de Goiânia - GO, na Assembleia Legislativa, com intuito de discutir sobre a Violência Contra o Idoso.</p>
<p><b>VISITAS</b></p>	<p><b>06/04</b> Visita no município de Itapuranga – GO à Delegacia Local, presídio e Batalhão da Polícia Militar.</p> <p><b>20/04</b> Visita no município de Cavalcante – GO à Delegacia Local.</p> <p><b>30/04</b> Visita a União Goiana dos Policiais Civis, a fim de discutir as demandas da categoria.</p>

## MAIO / 2015

	<p><b>04/05</b> Realização de Audiência Pública no município de Silvânia - GO, com intuito de discutir os problemas que envolvem a segurança pública na cidade.</p>
--	---

<p><b>AUDIÊNCIA PÚBLICA</b></p>	<p><b>25/05</b> Realização de Audiência Pública no município de Santa Bárbara - GO, com intuito de discutir os problemas que envolvem a segurança pública da cidade.</p>
<p><b>REUNIÕES</b></p>	<p><b>13/05</b> Reunião com os membros do Sindicato dos Delegados da Polícia Civil de Goiás no município de Goiânia – GO, para debater as demandas e a realidade da categoria.</p> <p><b>27/05</b> Reunião com o Procurador Geral do Estado, para discutir a realidade das violências ocorridas em Cavalcante.</p>
<p><b>VISITAS</b></p>	<p><b>04/05</b> Visita no município de Silvânia – GO à Delegacia Local e Batalhão da Polícia Militar.</p> <p><b>18/05</b> Recebeu visita da Senadora Lúcia Vânia para tratar da questão de violência contra as crianças e adolescentes de Cavalcante.</p>
<p><b>DEMAIS AÇÕES</b></p>	<p><b>06/05</b> Realização de palestra sobre a <b>Violência Contra a Mulher</b>, no município de Goiânia – GO, no seminário promovido pela Federação dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura do estado de Goiás – FETAEG.</p> <p><b>08/05</b> Realização e participação do <b>1º Seminário Goiano da Polícia Civil</b> – GOIASPOL, no município de Goiânia – GO.</p> <p><b>11/05</b> Realização de palestra sobre a <b>Redução da Maioridade Penal</b>, no centro acadêmico da Universidade Federal de Goiás.</p> <p><b>14/05</b> Realização de palestra sobre a <b>Redução da Maioridade Penal</b>, no município de Goiânia – GO.</p> <p><b>14/05</b> Participação de debate sobre a <b>Redução da Maioridade Penal</b>, no auditório da Pontifícia Universidade Católica, para o curso de Direito.</p> <p><b>15/05</b> Realização de Sessão Solene em comemoração ao dia da Polícia Civil.</p> <p><b>16/05</b> Realização de palestra sobre a <b>Segurança Pública</b>, no bairro Jardim Primavera, de Goiânia – GO.</p>

	<p><b>18/05</b> Participação de debate sobre <b>Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes</b>, no auditório da Pontifícia Universidade Católica.</p> <p><b>20/05</b> Realização de palestra sobre a <b>Redução da Maioridade Penal</b>, na Conferência Municipal da Criança e Adolescente no município de Goianira – GO.</p> <p><b>27/05</b> Participação no GGIE – Gabinete de Gestão Integrada Estadual.</p> <p><b>29/05</b> Realização de Sessão Solene sobre o <b>Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes</b>.</p>
--	---

JUNHO / 2015	
<b>AUDIÊNCIA PÚBLICA</b>	<p><b>17/06</b> Realização de Audiência Pública no município de Goiânia, na Assembleia Legislativa, para discutir estratégias para garantir a segurança pública em Goiás.</p> <p><b>18/06</b> Participação de audiência pública <b>Combate a Violência Contra a Mulher</b>, no município de Formosa – GO.</p> <p><b>22/06</b> Realização de Audiência Pública no município de Goiânia - GO, no bairro Vila Pedroso, com intuito de discutir os problemas que envolvem a segurança pública na região Leste da capital.</p>
<b>REUNIÕES</b>	<p><b>18/06</b> Visitou a DPCA - Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente de Goiânia</p> <p><b>18/06</b> Visitou e participou de reunião na CIOPS – Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança no município de Formosa.</p> <p><b>29/06</b> Visita à 11ª Delegacia de Polícia de Goiânia</p>
<b>DEMAIS AÇÕES</b>	<p><b>03/06</b> Encaminhamento de denúncia à Secretaria de Segurança Pública e ao Ministério Público: atendendo a uma solicitação da Deputada Federal Erika Kokai, pedindo celeridade na elucidação do desaparecimento de um adolescente na cidade de Luziânia-GO.</p>

	<p><b>03/06</b> Participação de debate sobre Redução da Maioridade Penal no Congresso da UNE, na praça Universitária de Goiânia.</p> <p><b>10/06</b> Realização de palestra sobre a <b>Redução da Maioridade Penal</b>, para os alunos do CESAM – Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador.</p> <p><b>15/06</b> Participação na CPI da Câmara Federal que trata sobre a violência contra jovens negros e pobres, em Goiânia</p> <p><b>22/06</b> Participação no GGIE – Gabinete de Gestão Integrada Estadual.</p>
--	--

<b>JULHO / 2015</b>	
<b>AUDIÊNCIA PÚBLICA</b>	<p><b>08/07</b> Participação de Audiência Pública, em Brasília, com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, para tratar dos direitos dos trabalhadores da Segurança Pública.</p>
<b>DEMAIS AÇÕES</b>	<p><b>14/07</b> Participação no GGIE – Gabinete de Gestão Integrada Estadual.</p> <p><b>16/07</b> Participação no GGIE – Gabinete de Gestão Integrada Estadual, no 14º CIOPS.</p> <p><b>20/07</b> Participação no GGIE – Gabinete de Gestão Integrada Estadual, na Câmara Temática.</p> <p><b>31/07</b> Participação no evento de comemoração de 17 anos do Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Goiás – SINPOL</p>
<b>REUNIÃO</b>	<p><b>06/07</b> Reunião em Brasília com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, Secretaria de Igualdade Racial, Secretaria da Mulher, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e membros da Procuradoria Geral da República, para tratar da violência e exploração sexual das crianças e adolescentes da comunidade Calunga de Cavalcante.</p>

	<b>20/07</b> Reunião com prefeito de Aparecida de Goiânia Maguito Vilela, Sindicato dos Policiais Civis, Sindicato dos Delegados, e União Goiana dos Policiais Civis, para tratar da doação do terreno para construção da Fundação da Polícia Civil.
--	--

<b>AGOSTO / 2015</b>	
<b>AUDIÊNCIAS PÚBLICAS</b>	<b>27/08</b> Participação em Audiência Pública no município de Valparaíso e região do entorno, para discutir ações para a ampliação da segurança pública na região.
<b>DEMAIS AÇÕES</b>	<p><b>10/08</b> Realização de palestra sobre os 09 anos da Lei Maria da Penha em Luziânia.</p> <p><b>14/08</b> Participação no GGIE – Gabinete de Gestão Integrada Estadual.</p> <p><b>22/08</b> Palestra no Colégio Delta, no município de Goiânia, sobre a redução da maioridade penal.</p>
<b>REUNIÕES</b>	<p><b>06/08</b> Reunião com todas as delegadas de polícia (DEAM) de Goiânia e municípios do entorno da capital, representantes do movimento de mulheres, o secretário municipal dos Direitos Humanos, professor Pedro Wilson, e representantes da OAB. Com o objetivo de discutir formas de efetivar a Lei Maria da Penha.</p> <p><b>21/08</b> Reunião com delegadas e delegados que atuam na área de proteção a crianças e adolescentes (DPCA), para discutir a profissão, as condições de trabalho que possam colaborar na padronização dos atendimentos às vítimas. O objetivo é colaborar com a apresentação de projetos de lei, requerimentos, ou até mesmo com pedidos ao Poder Executivo.</p>

<b>SETEMBRO / 2015</b>	
<b>AUDIÊNCIA PÚBLICA</b>	<b>01/09</b> Realização de Audiência Pública no município de Goiânia - GO, no bairro Residencial Goiânia Viva, com intuito de discutir os problemas que envolvem a segurança pública na região oeste da capital.

<b>REUNIÕES</b>	<p><b>14/09</b> Reunião com a Secretária Nacional de Segurança Pública em Brasília para buscar parcerias para ações no Estado de Goiás.</p> <p><b>21/09</b> Reunião com o delegada regional e o Comandante Geral de Itumbiara</p>
<b>VISITAS</b>	<p><b>25/09</b> Visita na Inauguração da Escola Superior da Polícia Civil.</p> <p><b>28/09</b> Visita ao 24° Departamento de Polícia de Goiânia.</p>
<b>DEMAIS AÇÕES</b>	<p><b>09/09</b> Participação da posse dos conselheiros dos CONSEGs na sede da Secretária de Segurança Pública.</p> <p><b>14/09</b> Participação no GGIE – Gabinete de Gestão Integrada Estadual.</p> <p><b>24/09</b> Participação do Evento: Agenda Goiás – “Participação e Competividade” cujo tema foi discutir sobre Segurança Pública.</p> <p><b>27/09</b> Participação da Caminhada Passos da Paz, com intuito de protestar sobre a necessidade de relações pacíficas diárias entre todas as pessoas. Pelo fim da violência, a favor da paz.</p>

<b>OUTUBRO / 2015</b>	
<b>AUDIÊNCIA PÚBLICA</b>	<p><b>06/10</b> Realização de audiência pública para debater o tema “<b>Segurança Pública: uma responsabilidade de todos</b>”, no município de Senador Canedo – GO.</p>
<b>REUNIÕES</b>	<p><b>02/10</b> Reunião na Central de Alternativas à Prisão (CAP)</p> <p><b>05/10</b> Reunião com o Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência (NECRIVI) da Universidade Federal de Goiás.</p> <p><b>06/10</b> Participação no debate sobre o tema a “<b>Mulher Encarcerada em Goiás</b>”, no auditório da PUC-GO.</p> <p><b>08/10</b> Reunião com o Tema Intolerância Religiosa na escola do Legislativo</p>

<b>DEMAIS AÇÕES</b>	<p><b>16/10</b> Realização em parceria com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara Federal, o seminário com o tema “Por uma nova arquitetura institucional da Segurança Pública: pela adoção no Brasil do Ciclo Completo da Polícia”.</p> <p><b>19/10</b> Participação no GGIE – Gabinete de Gestão Integrada Estadual.</p> <p><b>21/10</b> Participação na Aula Magna na Faculdade UniAnhaguera com o tema Perspectiva Para Segurança Pública.</p> <p><b>22/10</b> Participação da posse do Conselho de Segurança Pública da 15º Região da Polícia Militar.</p>
---------------------	--

<b>NOVEMBRO / 2015</b>	
<b>AUDIÊNCIA PÚBLICA</b>	<p><b>03/11</b> Participação em audiência pública para debater o tema: “Saúde e Segurança no Trabalho dos Militares Estaduais”.</p> <p><b>05/11</b> Realização da audiência pública sobre: “A Política de Atendimento aos Adolescentes em Conflito com a Lei”.</p> <p><b>16/11</b> Realização da audiência pública sobre: “Intolerância Religiosa”.</p> <p><b>25/11</b> Participação na Audiência Pública do Dia Internacional da Não Violência Contra as Mulheres, no Auditório Solon Amaral da Assembleia Legislativa de Goiás.</p>
<b>DEMAIS AÇÕES</b>	<p><b>09/11</b> Participação no GGIE – Gabinete de Gestão Integrada Estadual.</p> <p><b>09 e 10/11</b> Realização do seminário "<b>Primeira Infância Livre de Violência</b>", juntamente com a <b>Rede de Atenção a Crianças, Adolescentes e Mulheres em Situação de Violência de Goiânia</b> e diversas instituições parceiras que atuam na atenção e proteção de crianças, no auditório do Tribunal do Júri da PUC Goiás.</p> <p><b>12 e 13/11</b> Participação no Global Peace Leadership Conference, em Brasília – DF. O evento teve como objetivo reunir especialistas e acadêmicos nas áreas de Educação,</p>

	Direitos Humanos e Relações Internacionais, para discutir sobre temas de grande importância para a paz mundial.  <b>19/11</b> Seminário 1º Seminário de Segurança Pública SENASP/GGIM
<b>VISITAS</b>	<b>05/11</b> Visita ao 22º Distrito Policial no Jardim Curitiba

## DEZEMBRO / 2015

<b>DEMAIS AÇÕES</b>	<p><b>03 e 04/12</b> Participação no “1º Colóquio de Segurança Pública: Um novo modelo de Segurança Pública para o Brasil de mais mudanças”, que foi realizado em Belo Horizonte - MG. O evento discutiu acerca das necessárias mudanças no modelo de segurança pública até hoje vigente no país.</p> <p><b>11/12</b> Participação na 4ª. Conferência Estadual de Políticas para Mulheres, realizada no Hotel Biss Inn em Goiânia.</p> <p><b>14/12</b> Participação no GGIE – Gabinete de Gestão Integrada Estadual.</p> <p><b>14/12</b> Reunião do Conselho de Segurança Pública no setor Jardim Curitiba.</p> <p><b>17/12</b> Formatura de alunos do Programa Guarda Mirim desenvolvido pela Guarda Civil Metropolitana de Goiânia.</p> <p><b>18/12</b> Almoço de Confraternização com a Guarda Civil Metropolitana de Goiânia.</p>
---------------------	---

## **5 – PROJETOS DE LEI QUE TRAMITARAM NA COMISSÃO SEGURANÇA PÚBLICA**

### **PROCESSO LEGISLATIVO – 2015001404**

Autor: Deputado Manoel de Oliveira

Assunto: Dispõe sobre o atendimento às vítimas de crime e seus familiares nas Delegacias de Polícia do Estado de Goiás.

### **PROCESSO LEGISLATIVO – 2014003016 (desarquivado)**

Autor: Deputado Talles Barreto

Assunto: Institui a política estadual para busca e defesa de pessoas desaparecidas no âmbito do estado de goiás e dá outras providências.

### **PROCESSO LEGISLATIVO – 2015003251**

Autor: Deputada Delegada Adriana Accorsi

Assunto: Institui a Campanha Estadual de Mobilização Contra o Comércio de Produtos de Origem Criminosa.

### **PROCESSO LEGISLATIVO – 2015002884**

Autor: Deputado Virmondes Cruvinel

Assunto: Cria o sistema estadual de prevenção ao furto, roubo e ao comércio ilegal de bicicletas no estado de goiás, e dá outras providências.

### **PROCESSO LEGISLATIVO – 2015002757**

Autor: Deputado Gustavo Sebba

Assunto: Determina a impressão de fotos com mensagens de pessoas desaparecidas nos recibos de pedágios das rodovias do estado de goiás.

### **PROCESSO LEGISLATIVO – 2015002756**

Autor: Deputado Talles Barreto

Assunto: Torna obrigatório o cadastro e identificação de drones, no âmbito do estado de goiás e dá outras providências.

**PROCESSO LEGISLATIVO – 2015001092**

Autor: Deputada Delegada Adriana Accorsi

Assunto: Dispõe sobre a reestruturação das delegacias de polícia civil no estado de goiás denominado programa de padronização das delegacias da polícia civil do estado de goiás.

**PROCESSO LEGISLATIVO – 2014003374 (desarquivado)**

Autor: Deputado Henrique Arantes

Assunto: Proíbe implantação de sistema de vídeo e escuta nas viaturas automotivas das polícias civil e militar do estado de goiás.

**PROCESSO LEGISLATIVO – 2014002141 (desarquivado)**

Autor: Deputado Iso Moreira

Assunto: Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte rodoviário encaminha a lista de passageiros ao comando da polícia militar local antes do início de qualquer viagem que vise exclusivamente o transporte de torcedores para eventos futebolísticos.

**PROCESSO LEGISLATIVO – 2014001407 (desarquivado)**

Autor: Deputado Talles Barreto

Assunto: Dispõe sobre a autorização e regulamentação de venda e do consumo de bebidas alcoólicas em estádios e ginásios esportivos geridos pelo governo estadual, nos dias de jogos de futebol e dá outras providências.

**PROCESSO LEGISLATIVO – 2014003336 (desarquivado)**

Autor: Deputada Isaura Lemos

Assunto: Dispõe sobre as formas de registro e de divulgação dos dados de violência contra crianças, idosos, negros, mulheres, índios, homoafetivos e pessoas com deficiência no âmbito do Estado de Goiás.

## PROCESSO LEGISLATIVO – 2015002646

Autor: Deputado Gustavo Sebba

Assunto: Institui no âmbito do Estado de Goiás o mês “Maio Amarelo”, dedicado à prevenção e combate à violência no Trânsito e da outras providências.

### 5.1 – PROJETO DE LEI SUGERIDO PELA EQUIPE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Projeto de lei apresentado pela presidente da Comissão Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi.

#### PROJETO DE LEI Nº 402 DE SETEMBRO DE 2015.

Institui a Campanha Estadual de Mobilização Contra o Comércio de Produtos de Origem Criminosa.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Como instrumento de prevenção da violência e promoção da segurança pública, esta Lei institui a Campanha Estadual de Mobilização Contra o Comércio de Produtos de Origem Criminosa.

Art. 2º. Fica instituída, no Estado de Goiás, a Campanha Estadual de Mobilização Contra o Comércio de Produtos de Origem Criminosa.

Parágrafo único. A Campanha prevista no **caput** deste artigo será realizada, anualmente, na semana do dia 05 de outubro, em alusão ao Dia Nacional da Cidadania, nos termos da Lei Nacional Nº 12.267, de 21 de junho de 2010.

Art. 3º. A campanha será realizada em órgãos públicos, escolas públicas e privadas, bem como em associações de bairros e outros locais a serem definidos pelo Poder Público, nos termos do regulamento.

Art. 4º. A Campanha instituída pelo art. 2º desta Lei tem como diretrizes:

I – conscientizar a população que a segurança pública é responsabilidade de todos, e não apenas dever do Estado, nos termos do art. 144, **caput**, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

II – prestar esclarecimentos acerca do fomento ao crime que o comércio de produtos de origem criminosa produz;

III – ressaltar que a compra de produtos por preços desproporcionais ao valor de mercado, mesmo sem conhecimento certo da origem ilícita do produto, pode configurar, além de outros, crime de receptação culposa, nos termos do art. 180, §3º, do Código Penal (Decreto-Lei Nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940);

IV – realizar palestras e debates com os seguintes temas:

- a) importância da consciência e prática cidadãs na prevenção da violência e na promoção da segurança pública;
- b) consequências jurídicas e sociais do fomento do comércio de produtos de origem criminosa;
- c) outros temas aptos à realização dos fins desta Lei, nos termos de seu art. 1º.

V – promover e divulgar material educativo em diferentes formatos, a exemplo de:

- a) Folhetos;
- b) Panfletos;
- c) Cartazes;
- d) *Outdoors*;
- e) *Busdoors*.

Art. 5º. A realização da Campanha instituída por esta Lei terá como fonte de receita, dentre outras, recursos do Fundo Estadual de Segurança Pública -

FUNESP-GO, nos termos do art. 3º, IV, da Lei Estadual nº 14.750, de 22 de abril de 2004.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES**, em 24 de setembro de 2015.

**Delegada Adriana Accorsi**

Deputada Estadual

#### **JUSTIFICATIVA**

A criminalidade assombra a sociedade brasileira. Em Goiás, a situação não é diferente. Neste contexto, como forma de promoção da segurança pública, é lugar comum reivindicar mais policiamento e mais endurecimento do sistema penal. É lugar ainda mais comum identificar a criminalidade como um problema a ser resolvido sempre pelo outro, no caso, o Estado. Entretanto, nossa própria Carta Maior estabelece ser a segurança pública responsabilidade de todos, e não apenas dever do Estado, conforme abaixo colacionado:

*Art. 144. **A segurança pública**, dever do Estado, direito e **responsabilidade de todos**, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:  
[...] (grifo nosso).*

Assim, o enfrentamento à criminalidade e a ampliação da segurança pública passam também pelo agir cidadão. Se o cidadão compra mercadorias produto de crime, alimentando a criminalidade ele está, além de ele próprio incorrer, com tal prática, em conduta ilícita. Desta forma, enquanto a criminalidade for socialmente entendida como um

problema apenas do Estado, não será ela enfrentada a contento. Por isso, a redução da criminalidade passa, também, por a sociedade entendê-la como um problema seu, e não apenas do Estado, sem qualquer apelo a formas de ilícito *justiçamento*.

Dentro do contexto acima, sugerimos nesta proposição legislativa a instituição de Campanha Estadual de Mobilização Contra o Comércio de Produtos de Origem Criminosa, a ser realizada, anualmente, na semana do dia 05 de outubro, em alusão ao Dia Nacional da Cidadania (data de promulgação da Constituição Cidadã de 1988). Trata-se de medida afinada com a própria diretriz constitucional, que fixa a segurança pública também como sendo responsabilidade de todos. Isto porque o principal objetivo de tal Campanha é conscientizar as pessoas para que não comprem produtos de origem ilícita, de maneira a contribuir para o rompimento da cadeia criminosa. Assim, no mérito, este Projeto de Lei é legislativamente adequado e oportuno, sobretudo, por não termos ainda, em nosso Estado, campanha de tal tipo estabilizada em lei, como aqui intentamos alcançar.

Do ponto de vista jurídico, trata-se de proposição legislativa não menos escoreita. Isto porque, como matéria educativa que encerra, insere-se no campo da competência legislativa concorrente, nos termos do art. 24, IX, da CF/88, seara em que aos estados é dado legislar suplementarmente. No tocante à iniciativa, este feito também guarda fiel obediência ao sistema normativo vigente, na medida em que não usurpa qualquer das iniciativas legislativas dedicadas a outras autoridades do Poder Público, podendo, assim, o processo legislativo ser deflagrado por iniciativa parlamentar como aqui o fazemos.

Ante o exposto, pedimos o necessário apoio aos nobres colegas desta Casa de Leis, a fim de que este Projeto logre êxito em sua caminhada pelo processo legislativo. De tal forma, os cidadãos goianos restarão mais ciosos de seu papel no próprio combate à criminalidade.

## **6 – DENÚNCIAS ACOLHIDAS PELA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

### **6.1 - DENÚNCIAS DIRETAMENTE NA CSP**

**Denúncia 1** - Desaparecimento de Jakson Oliveira de Lira, no dia 23 de março de 2015 na cidade de Luziânia;

**Encaminhamentos:**

1. Ofício nº 12/2015 – Secretaria de Segurança Pública, em 02/06/2015.
2. Ofício nº 13/2015 – Ministério Público, em 02/06/2015.

**Denúncia 2** - Douglas de Oliveira foi condenado a cumprir pena em regime semiaberto após fase recursal perante o Superior Tribunal de Justiça, porém ao se entregar para o cumprimento da mesma, este encontra-se em regime fechado;

**Encaminhamento:**

1. Ofício nº 96/2015 – Secretaria de Segurança Pública, em 07/10/2015.

**Denúncia 3** - Um jornalista vem sofrendo ameaças por parte da Polícia Militar, após escrever alguns artigos sobre a Segurança Pública do Estado de Goiás;

**Encaminhamento:**

1. Ofício nº 29/2015 – Secretaria de Segurança Pública, em 30/06/2015.

**Denúncia 4** - Homicídio de Renato Souza Chagas, por policiais, no dia 23 de agosto de 2015 no município de Trindade;

**Encaminhamento:**

1. Ofício nº 140/2015 – Secretaria de Segurança Pública, em 27/10/2015.

**Denúncia 5** - Homicídio de Gustavo Batista Silva, por policiais, no dia 16 de setembro de 2015 no município de Uruaçu;

**Encaminhamento:**

1. Ofício nº 218/2015 – Ministério Público, em 12/11/2015

**Resposta:**

1. Ofício nº 496/2015 – Ministério Público, em 15/12/2015.

**Denúncia 6** – Cobrança de ações sobre a superlotação e recente fuga de detentos da cadeia pública do município de Cristalina.

**Encaminhamento:**

1. Ofício nº 12/2015 – Secretaria de Segurança Pública, em 25/11/2015

**Denúncia 7** – Homicídio de Benedito Correa Roque Sobrinho, no dia 30 de março de 2015 no município de Goiás.

**Encaminhamentos:**

1. Ofício nº 222/2015 – Delegado Geral da Polícia Civil, em 18/12/2015

**6.2 - DENÚNCIAS ATRAVÉS DO PROGRAMA CIDADÃO PARTICIPATIVO:**

**Denúncia 8** - Falta de segurança na região do Setor Vera Cruz no município de Aparecida de Goiânia;

**Encaminhamento:**

1. Ofício nº 97/2015 – Secretaria de Segurança Pública, em 13/10/2015.

**Denúncia 9** - Assaltos na região do Setor Vila Alzira no município de Aparecida de Goiânia;

**Encaminhamento:**

1. Ofício nº 97/2015 – Secretaria de Segurança Pública, em 13/10/2015.

**Denúncia 10** - Aumento do número de traficantes e usuários de drogas no Setor Juliana no município de Bonfinópolis;

**Encaminhamento:**

1. Ofício nº 97/2015 – Secretaria de Segurança Pública, em 13/10/2015.

**Denúncia 11** - Roubo a pedestres no setor Central no município de Bonfinópolis;

**Encaminhamento:**

1. Ofício nº 97/2015 – Secretaria de Segurança Pública, em 13/10/2015.

**Denúncia 12** - Ponto de prostituição no setor Residencial Sonho Verde, no município de Goiânia;

**Encaminhamento:**

1. Ofício nº 97/2015 – Secretaria de Segurança Pública, em 13/10/2015.

**Denúncia 13** - Alto índice de consumo de drogas no setor Torre Conquista no município de Goiânia;

**Encaminhamento:**

1. Ofício nº 97/2015 – Secretaria de Segurança Pública, em 13/10/2015.

**Denúncia 14** - Alto índice de drogas a luz do dia no município de Goianésia;

**Encaminhamento:**

1. Ofício nº 221/2015 – Secretaria de Segurança Pública, em 14/12/2015.

**Denúncia 15** - Falta de segurança no setor Garavelo no município de Aparecida de Goiânia;

**Encaminhamento:**

Ofício nº 221/2015 – Secretaria de Segurança Pública, em 14/12/2015.

**Denúncia 16** - A presença de travestis e garotas de programa transitando nus no setor Nossa Senhora de Lurdes no município de Aparecida de Goiânia;

**Encaminhamento:**

Ofício nº 221/2015 – Secretaria de Segurança Pública, em 14/12/2015.

**Denúncia 17** - Falta de segurança e alto índice de assaltos no período noturno na região da Universidade Estadual de Goiás, Campus Formosa no município de Formosa;

**Encaminhamento:**

Ofício nº 221/2015 – Secretaria de Segurança Pública, em 14/12/2015.

**Denúncia 18** - Alto índice de roubo na Vila Jardim Pompeia no município de Goiânia;

**Encaminhamento:**

Ofício nº 221/2015 – Secretaria de Segurança Pública, em 14/12/2015.

**Denúncia 19** - Roubo a pedestres no período noturno no setor Chácaras Recreio São Joaquim no município de Goiânia.

**Encaminhamento:**

Ofício nº 221/2015 – Secretaria de Segurança Pública, em 14/12/2015.

## 7 - DEMONSTRATIVO NUMÉRICO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

